



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA**

LÊDA SANTANA DE OLIVEIRA NOLETO

**A UNIVERSIDADE DA MATURIDADE COMO TECNOLOGIA SOCIAL: Percepções
da educação universitária no quilombo Malhadinha, Brejinho do Nazaré/TO**

**Palmas, TO
2025**

Leda Santana de Oliveira Noieto

**A UNIVERSIDADE DA MATURIDADE COMO TECNOLOGIA SOCIAL: Percepções
da educação universitária no quilombo Malhadinha, Brejinho do Nazaré/TO**

Tese apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Palmas, Curso de Pós-Graduação em Educação na Amazônia foi avaliado para a obtenção do título de Doutor em Educação na Amazônia e aprovado ao final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra. Neila Barbosa Osório
Coorientador: Dr. Luiz Sinésio Silva Neto

**Palmas, TO
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N791u Noleto Santana de Oliveira, Leda.

A Universidade da Maturidade como Tecnologia Social: Percepções da educação universitária no quilombo Malhadinha, Brejinho do Nazaré/TO. / Leda Noleto Santana de Oliveira. – Palmas, TO, 2025.

72 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação na Amazônia - PGEDA, 2025.

Orientadora : Neila Barbosa Osório

Coorientador: Luiz Sinésio Silva Neto

1. Universidade da Maturidade. 2. Tecnologia Social. 3. Educação Intergeracional. 4. Quilombo. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LÊDA SANTANA DE OLIVEIRA NOLETO

"A UNIVERSIDADE DA MATURIDADE COMO TECNOLOGIA SOCIAL: Percepções da educação universitária no quilombo Malhadinha, Brejinho de Nazaré/TO"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia. Foi avaliado para obtenção do título de Doutor (a) em Educação na Amazônia e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da Aprovação: 01/08/2025.

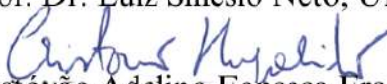
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Neila Barbosa Osório, UFT



Prof. Dr. Luiz Sinésio Neto, UFT



Prof. Dr. Cristóvão Adelino Fonseca Franco Ribeiro
Margarido- Membro Externo/IPL



Prof. Dr. Djanires L. Neto de Jesus- Membro Externo/UEMS



Prof. Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira- Membro interno/UFT



Profa. Dra. Jocyléia Santana dos Santos- Membro interno/UFT

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, minha reverência a Deus — alicerce de todas as minhas conquistas, luz que me guiou em cada passo dessa caminhada.

Ao meu amado esposo, João Batista Vieira Noletto, companheiro íntegro e merecedor de todo o meu amor e respeito. Sou grata pelo apoio incansável, pelo incentivo nos momentos difíceis e pela presença que torna minha vida mais plena.

Aos meus filhos do coração, Guilherme (meu irmão por parte de pai) e Yan Vitor (filho do meu irmão caçula), deixo meu carinho e gratidão pelo afeto que me fortaleceu ao longo da jornada.

Àqueles amigos e familiares, próximos ou distantes, que estenderam mãos generosas para me ajudar a transpor mais esse desafio — meu sincero agradecimento.

À estimada Prof^a Orientadora Dra. Neila Barbosa Osório, minha eterna admiração pela confiança, paciência e sabedoria compartilhada. Obrigada por acreditar, orientar e engrandecer este trabalho com dedicação ímpar.

Ao Prof. Dr. Luiz Sinésio Silva Neto, minha profunda gratidão pela contribuição valiosa e pela competência admirável que enriqueceram esta trajetória acadêmica.

Aos docentes e pesquisadores que participaram da banca e da revisão — Prof^a Dra. Jocyélia Santana dos Santos, Prof. Dr. Ruhena Kelber Abrão, Prof. Dr. Cristóvão Adelino Fonseca Franco Ribeiro Margarido, Prof. Dr. Djanires Lageano Neto de Jesus — obrigada pela generosidade, pelas observações precisas e por terem aceitado fazer parte deste momento tão significativo.

Aos professores do Doutorado em Educação na Amazônia do EDUCANORTE/UFT, que foram instrumentos do meu crescimento pessoal e intelectual, deixo minha profunda gratidão.

Ao Pastor José Ribeiro de Souza Neto, Presidente da Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Malhadinha, em Brejinho de Nazaré/TO, minha sincera gratidão pela generosidade e acolhida. Foi graças à sua sensibilidade e apoio que pude realizar minha defesa na associação do quilombo, um espaço de sabedoria ancestral e resistência, onde palavras ganham raízes e sonhos florescem em terra fértil.

E por fim, a cada pessoa que, direta ou indiretamente, contribuiu com essa caminhada: minha eterna gratidão.

No Chão da Ancestralidade: A Tese que Brota do Quilombo

*No ventre do quilombola,
Nasceu saber de valor,
Tese que canta e consola,
Escuta com muito amor.
Fala da maturidade,
Com força e dignidade,
Semente que já brotou,
No chão da ancestralidade,
A UMA se enraizou.*

*Lá no Brejinho encantado,
No Quilombo Malhadinha,
O saber é celebrado
Com afeto e sabedoria fina.
Mais que lição de cartilha,
A UMA acolhe a trilha
Dos velhos que sempre souberam.
Com voz que ninguém humilha,
Ensinaram, e ainda ensinam.*

*A pesquisa é poesia,
De alma fenomenal,
Escuta com empatia
O gesto mais natural.
Na lágrima ou no sorriso,
Vê-se o saber indeciso
Que o papel não sabe contar.
Mas no corpo tem aviso:
Tem história pra ensinar.*

*A educação aqui é viva,
Tem raiz, tem tradição,
A memória coletiva
É farol e direção.
O saber que era calado
Hoje é bem valorizado,*

*Tem força de patrimônio.
Quilombola é respeitado
Como mestre em seu próprio sonho.*

*Autoestima em construção,
Pertencimento é processo.
A identidade em ação
Vai se moldando no acesso.
Não é fim nem chegada,
É estrada transformada
Por vozes da inclusão.
Velhice empoderada
É justiça em construção.*

*A intergeracionalidade
É ponte de coração,
Onde o velho e a mocidade
Trocaram riso e reflexão.
A UMA é prática real,
Política pública e tal,
Que muda a universidade.
Seu poder é radical:
Inclui com humanidade.*

*Essa tese é chão fecundo,
Onde a ciência germina
Ao lado de um saber profundo
Que o quilombo determina.
A velhice negra, esquecida,
Agora é bem erguida
Como fonte de saber.
Nessa luta comovida,
Tem saber e tem poder.*

Kelber Abrão

RESUMO

A presente tese investiga como os moradores do Quilombo Malhadinha, especialmente as pessoas idosas, percebem o acesso, o sentido e o papel da educação universitária em seus territórios, com base na experiência da Universidade da Maturidade (UMA). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de base fenomenológica, apoiada em narrativas orais como eixo central de análise. Foram realizadas entrevistas com idosos quilombolas participantes da UMA, buscando compreender como esses sujeitos atribuem significados à sua inserção universitária e como isso impacta sua identidade, cidadania e reconhecimento social. Os resultados apontam que a UMA, ao ser compreendida como uma tecnologia social, contribui para reposicionar os idosos como protagonistas do processo educacional e fortalecer os laços comunitários no território quilombola.

Palavras-chaves: Universidade da Maturidade. Tecnologia Social. Educação Intergeracional. Quilombo. Envelhecimento.

ABSTRACT

This thesis investigates how residents of the Malhadinha Quilombo, especially elderly individuals, perceive the access, meaning, and role of university education in their territory, based on the experience of the Universidade da Maturidade (UMA). The research adopts a qualitative, phenomenological approach, using oral narratives as the central axis of analysis. Interviews were conducted with elderly quilombola participants of UMA, aiming to understand how these subjects assign meaning to their university experience and how this impacts their identity, citizenship, and social recognition. The findings indicate that UMA, understood as a social technology, contributes to repositioning elderly individuals as protagonists of the educational process and to strengthening community ties within the quilombola territory.

Keywords: University of Maturity; Social Technology; Intergenerational Education; Quilombo; Aging.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 1 – Leda e seus pais em Campo Grande – MS	13
Imagem 2 - Leda e sua família reunida	14
Imagem 3 - Avó materna - Maria Evangelista	15
Figura 1 - Notícia UMA Indígena	42
Figura 2 - Reimplantação do Polo da UMA de Brejinho de Nazaré-TO	45
Figura 3 - Memorando da UFT referente à certificação do curso em Gerontologia	47
Figura 4 - Termo de Cooperação Técnica	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Base de informações metodológicas	26
Tabela 2 - Revisão Bibliográfica Sistemática: Educação Quilombola e Envelhecimento	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pertencimento e democratização	53
Quadro 2 - Velhice ativa e dignidade	54
Quadro 3 - Relação dialógica	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- UMA** – Universidade da Maturidade
- UFT** – Universidade Federal do Tocantins
- PPP** – Projeto Político-Pedagógico
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- FBB** – Fundação Banco do Brasil
- EDUEPB** – Editora da Universidade Estadual da Paraíba
- UFPA** – Universidade Federal do Pará
- UEPA** – Universidade do Estado do Pará
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- FGV** – Fundação Getulio Vargas
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa
- MEC** – Ministério da Educação
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IEPS** – Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
- ECAM** – Equipe de Conservação da Amazônia
- SEAS** – Secretaria de Assistência Social

Sumário

MEMORIAL DE PERCURSO	13
1. INTRODUÇÃO	20
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	22
1.2. JUSTIFICATIVA.....	22
1.3. OBJETIVOS	24
1.3.1. Objetivo geral.....	24
1.3.2. Objetivos específicos.....	24
1.4. METODOLOGIA.....	24
1.5. ESTRUTURA DA TESE	25
1.5.1. Caminhos percorridos.....	25
1.5.2. Delimitação do estudo	26
1.6. DOS CUIDADOS ÉTICOS	27
1.7. LOCAIS DA PESQUISA	27
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
3. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: CONTEXTO E DESAFIOS ATUAIS.....	32
3.1. O ENVELHECIMENTO EM TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS VULNERABILIZADOS	35
3.2. ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO	36
3.3. O PAPEL DA PESSOA IDOSA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA	38
3.4. EDUCAÇÃO DE VELHOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA.....	39
4. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE (UMA): TECNOLOGIA SOCIAL EM EXPANSÃO	41
4.1. A UMA COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA E PERTENCIMENTO	43
4.2. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE EM BREJINHO DO TOCANTINS	45
4.3. EDUCADORES PROTAGONISTAS DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE EM BREJINHO DO NAZARÉ/TO	50
4.4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DAS ENTREVISTAS.....	53
4.4.1. Eixo 1 – Pertencimento e democratização do acesso à universidade.....	53
4.4.2. Eixo 2 – Velhice ativa, resgate da autoestima e dignidade	54
4.4.3. Eixo 3 – Relação dialógica e intergeracional entre educadores e comunidade.....	54
5. PROPOSTA DE AÇÃO: TRABALHO COM PESSOAS IDOSAS QUILOMBOLAS.....	55
5.1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA PROPOSTA	55
5.2. METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO	57
5.3. ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS	59
5.4. METODOLOGIAS ATIVAS E SABERES LOCAIS	61
5.5. POSSIBILIDADES DE REAPLICAÇÃO EM OUTROS QUILOMBOS.....	63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
6.1. CONTRIBUIÇÕES DA TESE DE DOUTORADO	65
6.2. TRABALHOS FUTUROS	66
REFERÊNCIAS	69

MEMORIAL DE PERCURSO

Narrar meus vínculos e raízes é uma tarefa desafiadora, já que estou caminhando para meus sessenta e dois anos de idade. Desbravei minhas origens e as dos meus antecedentes, busquei conhecê-los e compreendê-los para construir este texto. Ao elaborar a história da minha vida, descobri, também, um pedaço da história da minha família e da minha cidade.

Estou numa fase de aprender a fazer, cada vez mais, o movimento de entrada e saída dentro de mim mesma, e ir à procura dos meus significados pessoais. Ao sair dessa imersão, trago para o exterior algo novo, organizado por mim. É exatamente isso que procuro fazer nesta ocasião. Comparo esse momento da minha vida com uma janela que abri no meu ser, permitindo que o interior se comunique com o exterior, possibilitando-me um diálogo profundo e desvelado comigo mesma.

Meus vínculos de sangue estão no coração do Brasil, em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, terra de tuiuiús altivos, céu estrelado e pôr do sol deslumbrante. Esse lugar quente e acolhedor, foi fundamental na construção da minha trajetória profissional. Elevada a distrito em 1889 e transformada em município em 1899, tornou-se capital com a criação do Estado em 1977, celebrando seu aniversário em 26 de agosto.

Sou filha de Valdomira Santana de Oliveira (filha de Iemanjá) e de Deusdete Souza de Oliveira (in memoriam). Sou primogênita dos seis filhos do casal, tendo uma irmã falecida e um irmão por parte de pai. Nasci no dia 27 de dezembro de 1963, no município de Jequié, que fica a 365 km de Salvador, na região sudoeste da Bahia. É apelidada de “Cidade Sol” devido às suas altas temperaturas.

Imagem 1 – Leda e seus pais em Campo Grande – MS



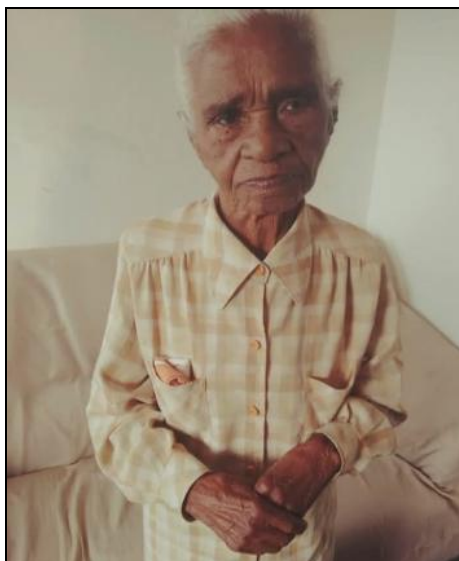
Não tive muita convivência com meus avós maternos e nenhuma com os paternos, pois meu pai era músico, integrava uma banda no Circo Tabajara, e vivíamos como nômades, percorrendo o Brasil. Eu e minha irmã Sueli (in memoriam), com idades entre cinco e seis anos, fazíamos pequenas apresentações de contorcionismo durante os espetáculos. Meu pai decidiu deixar a vida no circo após o adoecimento de minha mãe, que precisou ficar internada por seis meses para tratamento.

Imagem 2 - Leda e sua família reunida



Neste período, meu pai levou a mim e meus dois irmãos para a casa de minha avó materna, Maria Evangelista — falecida em 2022, aos 102 anos — que residia em um sítio em Campinas, interior de São Paulo. Esse foi meu primeiro contato com minha avó materna, pois meu avô já havia falecido. Ela era muito amorosa e acolhedora, porém rigorosa. Altruísta, sabia perdoar — mas também castigava quando julgava necessário. Guerreira, amava cuidar do pomar e ria contente quando os pés de frutas estavam carregados, como se aquilo fosse o estímulo da sua vida.

Imagem 3 - Avó materna - Maria Evangelista



Meus pais chegaram em Campo Grande em 1969, quando a cidade ainda se encontrava em processo de expansão, além das margens dos córregos Prosa e Segredo. Meu pai ingressou e se aposentou como músico da banda da Polícia Militar.

Em 1980, comprou um terreno e construiu nossa casa no Bairro Tiradentes, próximo à Lagoa Itatiaia — local em que eu e meus irmãos costumávamos tomar banho e brincar. Aos domingos, minha mãe nos levava para as missas celebradas na capelinha do Asilo São João Bosco. Ao final das celebrações, ficávamos conversando e ouvindo as histórias dos velhos e das velhas. Foi minha primeira experiência de convivência com pessoas idosas, e nelas projetei minha relação com a condição dos meus avós. Participei como voluntária de ações organizadas pelas irmãs da Congregação Passionista, que coordenavam os trabalhos internos com o objetivo de oferecer aos idosos em situação de vulnerabilidade serviços de atenção biopsicossocial, em regime integral, conforme suas necessidades, priorizando sempre que possível o vínculo familiar e a integração com a comunidade.

Meus pais construíram uma família unida, com zelo pelo cuidado e pela disciplina: seis filhos (um falecido) e seis netos. O amor e o afeto eram a marca registrada de minha mãe. Ela foi meu ponto de referência. Meus sentimentos mais profundos são cultivados pelo seu exemplo. Era analfabeta e me contava histórias do seu tempo de criança, quando, muito cedo, precisou ajudar a família lavando roupas no Rio de Contas, em Jequié/BA. Nunca frequentou um ambiente escolar — e essa era sua maior frustração.

O curso de Serviço Social me foi apresentado por uma amiga, Maria Ronei, ao me convidar para sua cerimônia de colação de grau. Aquele momento foi singular e marcante. Despertou em mim um profundo interesse pela profissão de assistente social, motivando-me a

atuar na promoção e defesa dos direitos fundamentais da população, buscando contribuir para a garantia de acesso à educação, saúde, alimentação, moradia, trabalho e demais prerrogativas essenciais ao exercício pleno da cidadania.

Aos 27 anos, ingressei no curso de Serviço Social por meio de vestibular, na antiga Faculdade Católica de Mato Grosso (FUCMT), atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em 1991. Como acadêmica, participei de ações promovidas pelo curso, com atividades voltadas aos idosos no Asilo João Bosco nos últimos semestres. Concluí o curso em 1994, me casei e fui em busca de melhores oportunidades em outra cidade. Escolhi Rio Branco, no Acre, por apresentar grande carência de profissionais qualificados na área social. Lá, trabalhei como chefe da Divisão Técnica de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, de 1996 a 1997.

Minha experiência profissional com pessoas idosas teve início no SESC de Rio Branco, em 1995, coordenando o grupo de Trabalho Social com Idosos (TSI), além de atuar com Educação Infantil, EJA – Alfabetização e Ensino Básico, ações comunitárias e na área da saúde. Após a separação de um relacionamento de cinco anos, em dezembro de 1999, decidi recomeçar em outro estado e escolhi o Tocantins.

Em 2000, mudei-me para a cidade de Araguaína, para trabalhar no SESI, coordenando o Projeto Social Chão de Fábrica, desenvolvendo ações educativas para trabalhadores da indústria. Após três meses, fui transferida para assumir a coordenação da Unidade do SESI em Palmas, que oferecia cursos de música, EJA – Alfabetização e Ensino Básico, culinária, hotelaria e atendimento odontológico para trabalhadores da indústria. Minha afinidade com o público idoso foi crescendo, e, para compreender melhor suas demandas, realizei diversos cursos de formação voltados a esse segmento. Foi nesse contexto que conheci meu atual companheiro e grande amigo.

Entre 2001 e 2008, atuei na Prefeitura de Palmas/TO como técnica especializada e coordenadora dos centros comunitários do município, desenvolvendo ações voltadas, sobretudo, para grupos de idosos. Também prestei serviços para a Caixa Econômica Federal, emitindo pareceres para beneficiários de programas de moradia social com idosos na composição familiar. Atuei ainda na ETSUS como facilitadora do curso de formação para Técnico de Agente Comunitário de Saúde e no Curso de Cuidador de Idosos; e no SESC/Palmas como coordenadora da Assistência Social, com trabalhos direcionados a idosos, crianças e adolescentes.

Durante esse período, participei de um evento em que conheci a Dra. Neila Osório e o Dr. Neto. Descobrimos, com entusiasmo, que havíamos cursado a UCDB em Campo Grande/MS. Dessa conexão, nasceu uma parceria entre a UMA/UFT e o SESC/Palmas para a realização do curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Gerontologia: A Inserção do Velho no Mundo Contemporâneo, entre março de 2006 e abril de 2007. Tive o privilégio de fazer parte dessa formação e me tornar especialista em Gerontologia.

Em 2008, iniciei minha jornada acadêmica como docente do curso de Serviço Social na modalidade EaD, pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), à época uma fundação pública de direito privado, hoje Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), da qual faço parte até o momento. Fui coordenadora do curso de Serviço Social nas modalidades EaD e presencial entre 2011 e 2013; membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas (Unitins/CNPq); coordenadora do curso de Saúde Mental pela Fapto/Unitins (2014 a 2015); coordenadora geral do Projeto Saúde Mental, pela Fapto/ETSUS em parceria com a Unitins, também entre 2014 e 2015; e docente do curso de Serviço Social na modalidade semipresencial pela Universidade Paulista (UNIP/ASSOBES), entre 2016 e 2022.

Aos 58 anos, em 2022, finalizei o Mestrado em Educação — um marco essencial em minha jornada acadêmica e profissional. Esse aprofundamento teórico, metodológico, técnico e prático ampliou minha compreensão sobre a educação intergeracional ao longo da vida, fortalecendo minha atuação como assistente social e docente do curso de Serviço Social da Unitins, Câmpus Palmas, além de contribuir significativamente para minha participação na Universidade da Maturidade (UMA/UFT).

Atualmente, aos 61 anos, apresento-me à banca de qualificação do Doutorado em Educação na Amazônia para compartilhar parte dos resultados da minha pesquisa, que aborda a educação ao longo da vida a partir das vivências de sujeitos que envelhecem na região amazônica.

Este trabalho dá continuidade ao percurso iniciado na dissertação de mestrado, intitulada, *UNIVERSIDADE DA MATURIDADE POLO DE ARAGUAÍNA - TO: “UMA” análise das ações realizadas por meio do termo de cooperação técnica consolidado entre a Universidade Federal do Tocantins e o município de Araguaína - TO*, em que defendi Onde defendi a importância da inserção dos idosos no direito à educação, por meio das atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica e no respectivo Plano de Trabalho firmado entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o município de Araguaína-TO.

Esse acordo viabilizou a implantação e a manutenção do polo da Universidade da Maturidade (UMA) em Araguaína, em consonância com o Capítulo V do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). O modelo de formalização dessa parceria mostrou-se aplicável a outras Universidades Federais, Institutos de Ensino e Instituições Públicas, como uma ferramenta eficaz para promover atividades de extensão e implementar políticas públicas voltadas à população idosa.

Para demonstrar as potencialidades desse instrumento administrativo, realizei um estudo de caso sobre as ações desenvolvidas pelo polo da UMA em Araguaína. Os dados analisados, com recorte temporal no ano de 2021, indicaram que o polo atingiu os objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho, especialmente no que se refere à promoção do envelhecimento ativo e à valorização dos saberes da terceira idade.

Minha dissertação evidenciou que os resultados positivos foram fruto do aprimoramento no planejamento das ações e do acompanhamento sistemático das atividades, proporcionados pela parceria entre as instituições envolvidas.

A pesquisa atual amplia esse debate ao inserir a realidade de sujeitos velhos quilombolas, cuja existência se dá entre resistências, memórias ancestrais e processos contínuos de luta por reconhecimento e inclusão social. O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a efetivação dos direitos humanos tem papel estratégico na mediação entre as políticas públicas e as necessidades específicas dessas populações, especialmente no campo da educação. Por meio de ações intersetoriais, o assistente social pode contribuir para a construção de práticas educativas emancipadoras que reconheçam os saberes tradicionais, promovam o envelhecimento com dignidade e enfrentem o racismo estrutural e etário.

A educação voltada às pessoas idosas quilombolas na Amazônia devem ser entendida como prática de liberdade e instrumento de reconstrução identitária, promovendo o pertencimento social e a valorização das trajetórias de vida.

Nesse sentido, a inserção crítica do Serviço Social no contexto educacional é fundamental para a defesa do direito à educação ao longo da vida, especialmente em territórios marcados por invisibilidades históricas e desigualdades intergeracionais.

1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil ainda carrega os reflexos de um passado colonial, marcado pela escravidão, pela negação dos saberes tradicionais e pela exclusão histórica de povos e comunidades quilombolas dos espaços formais de ensino. Apesar dos avanços legais conquistados com a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da OIT e a Lei 10.639/2003, que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, ainda são profundas as lacunas entre a legislação e a efetiva implementação de uma educação decolonial e antirracista (Candau, 2008; Schwartzman, 2005).

No contexto da Amazônia Legal, especialmente no estado do Tocantins, emergem experiências que desafiam essas desigualdades e propõem modelos alternativos de educação, enraizados nas realidades locais e nos saberes comunitários. Entre essas experiências, destaca-se a Universidade da Maturidade (UMA/UFT), uma tecnologia social voltada à educação de pessoas idosas e à promoção do diálogo intergeracional, baseada na escuta, na participação ativa e na valorização das identidades culturais. Em territórios quilombolas como o da comunidade Malhadinha, localizada no município de Brejinho de Nazaré, a inserção da UMA representa uma oportunidade singular de articulação entre a universidade e os saberes ancestrais, fortalecendo a autonomia local e o pertencimento.

A comunidade da Malhadinha, reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, possui uma história marcada pela resistência e pela luta por direitos, incluindo a titulação de terras e o acesso a políticas públicas. Contudo, ainda enfrenta desafios significativos, como a evasão de jovens, a precariedade das escolas multisseriadas e a desconexão entre os currículos escolares e a realidade local (Esteves, 2019). Nesse cenário, os idosos emergem como figuras centrais, guardiões da memória coletiva, da agricultura tradicional, das práticas religiosas e culturais que moldam a identidade quilombola.

Refletir sobre a educação universitária a partir da perspectiva dessas pessoas velhas é reconhecer que o conhecimento não está apenas nos livros e nas instituições formais, mas também nas experiências vividas, nas memórias compartilhadas e nos modos de vida que resistem. Para Carvalho Filho (1996) e Dias (1998), é necessário desconstruir a visão pejorativa da velhice como sinônimo de incapacidade ou isolamento. A velhice, ao contrário, é um campo de potência social, de transmissão de valores e de mobilização comunitária.

Ao integrar a abordagem da Tecnologia Social à proposta educativa, esta pesquisa alinha-se a autores como Dagnino (2004), Santos (2002) e Hoyuelos (2006), que

compreendem o conhecimento como uma construção coletiva, dialógica e situada. Tecnologias sociais, nesse sentido, são soluções desenvolvidas com a participação direta das comunidades e que valorizam seus saberes, práticas e formas de organização. No campo da educação, essas tecnologias desafiam a lógica verticalizada da transmissão do conhecimento, promovendo a escuta ativa, a coautoria e o respeito à diversidade.

A presente pesquisa busca compreender como os moradores do Quilombo Malhadinha, especialmente as pessoas idosas, percebem o acesso, o sentido e o papel da educação universitária em seus territórios, com base na experiência da Universidade da Maturidade. Ao assumir uma abordagem qualitativa e fenomenológica, fundamentada em autores como Husserl, Freire (1987) e Moran (2012), o estudo adota a escuta das narrativas orais como eixo central da investigação, compreendendo os sujeitos como produtores de saber e agentes de transformação.

Em uma sociedade marcada por mudanças rápidas e por um processo acelerado de envelhecimento populacional (OPAS, 2022), torna-se urgente pensar a educação ao longo da vida não como exceção, mas como direito. O desafio é construir caminhos educativos que dialoguem com os sujeitos em sua diversidade, reconhecendo os mais velhos como protagonistas e não como coadjuvantes. A UMA/UFT se apresenta como uma possibilidade concreta de superação das fronteiras entre universidade e comunidade, entre juventude e velhice, entre saber acadêmico e saber popular.

A pesquisa propõe-se a investigar como a inserção da Universidade da Maturidade pode contribuir para a construção de uma educação universitária inclusiva e cidadã no Quilombo Malhadinha, promovendo o protagonismo dos docentes locais e a autonomia dos moradores. Com isso, espera-se contribuir com reflexões teóricas e práticas voltadas à consolidação de uma universidade verdadeiramente popular, inclusiva e comprometida com os territórios em que está inserida.

Neste contexto, a tese defende que a Universidade da Maturidade, ao ser implementada como uma tecnologia social no Quilombo Malhadinha, ressignifica a presença da universidade nos territórios tradicionais ao promover o reconhecimento dos idosos como sujeitos políticos e educacionais, fortalecendo sua cidadania e protagonismo na comunidade.

1.1. Problema de pesquisa

Como a Tecnologia Social, Universidade da Maturidade contribui para o fortalecimento da educação no Quilombo Malhadinha, em Brejinho de Nazaré – TO, na Amazônia Legal, incentivando o protagonismo dos docentes locais e promovendo a autonomia dos acadêmicos?

1.2. Justificativa

A proposta desta pesquisa se inscreve em um cenário de reconfiguração das funções da universidade pública brasileira, particularmente no que diz respeito ao seu papel social em contextos historicamente negligenciados, como os territórios quilombolas. Ao considerar a Universidade da Maturidade (UMA) como uma tecnologia social voltada à formação de adultos e idosos, é possível perceber seu potencial de ação transformadora em comunidades que aliam ancestralidade, resistência e invisibilidade política. Contudo, ainda são escassos os estudos que analisem sua eficácia e significados em territórios quilombolas amazônicos, o que reforça a necessidade desta investigação.

O Quilombo Malhadinha, localizado em Brejinho do Nazaré/TO, constitui um espaço simbólico e real de luta pela preservação da identidade negra, dos saberes orais e da autonomia comunitária. A inserção da UMA nesse território exige uma escuta metodológica que respeite as narrativas locais e que seja capaz de interpretar os sentidos atribuídos à presença da universidade na vida dos sujeitos idosos quilombolas. Esta pesquisa, ao propor uma abordagem fenomenológica, visa compreender essas percepções a partir das experiências, emoções e memórias dos próprios participantes, construindo um campo de conhecimento ainda pouco explorado.

O campo da educação de adultos e idosos tradicionalmente carece de políticas públicas consistentes e sensíveis às particularidades de povos e comunidades tradicionais. Segundo Arroyo (2012), a educação popular no Brasil deve reconhecer o direito de aprender como um direito de existir. Nesse sentido, esta tese justifica-se por buscar uma leitura pedagógica situada, onde a formação de sujeitos velhos em espaços quilombolas não se limite à transmissão de conteúdos, mas à ativação de memórias, ao fortalecimento do pertencimento e à reconstrução da autoestima identitária.

No que se refere às tecnologias sociais, autores como Dagnino (2014) alertam que, para além da inovação, é preciso considerar a capacidade dessas tecnologias em gerar transformação social duradoura, enraizada nos territórios e construída com os sujeitos

envolvidos. Avaliar a UMA sob essa ótica no contexto de Malhadinha permitirá verificar não apenas sua funcionalidade, mas sobretudo sua legitimidade diante dos modos de vida e de aprender próprios do quilombo.

Outro ponto de justificação está no fato de que o envelhecimento no campo e em territórios tradicionais assume contornos específicos, muitas vezes ignorados pelas políticas estatais e pelas instituições acadêmicas. A maior parte dos estudos sobre envelhecimento no Brasil se concentra em grandes centros urbanos (Camarano, 2016), criando um vácuo de conhecimento sobre a velhice rural, quilombola e amazônica. Este trabalho busca romper com essa centralidade urbana e oferecer um olhar descentralizado sobre o envelhecer.

Além disso, a presença da universidade em territórios tradicionais não deve se restringir à oferta de extensão acadêmica. Ela deve ser avaliada criticamente, à luz das epistemologias do Sul (Santos, 2010), que apontam a importância de descolonizar o saber e permitir que outros modos de conhecimento e organização social sejam reconhecidos como válidos. Ao incorporar as percepções dos idosos quilombolas sobre a UMA, esta pesquisa contribui para tensionar as formas tradicionais de ensino universitário e estimular práticas dialógicas e interculturais.

A relevância deste estudo também se fundamenta na necessidade de repensar as noções de envelhecimento, educação e território em suas intersecções. O envelhecer, quando analisado em articulação com identidade étnico-racial e com a educação emancipatória, revela-se como espaço de potência e resistência. Os sujeitos idosos quilombolas são, ao mesmo tempo, depositários da história e agentes de transformação do presente, e merecem ser escutados em seus próprios termos.

Do ponto de vista metodológico, a originalidade desta pesquisa reside na utilização da escuta fenomenológica aliada a registros audiovisuais, capazes de captar nuances das falas, afetos e expressões simbólicas dos participantes. Esta escolha se alinha à proposta de uma pesquisa comprometida com a dignidade dos sujeitos e com a devolução do conhecimento à comunidade pesquisada. Isso justifica não apenas sua validade científica, mas também sua relevância ética.

Este estudo contribuirá, ainda, para o fortalecimento da Universidade da Maturidade enquanto política pública de formação de idosos, oferecendo dados e análises que podem subsidiar futuras ações da UFT e de outras instituições que queiram atuar em comunidades negras tradicionais. Ao refletir sobre as adaptações necessárias à realidade quilombola, será possível aprimorar a aplicação da UMA e ampliar seu impacto social e pedagógico.

Essa pesquisa se ancora na convicção de que a educação universitária pode ser um instrumento de equidade, desde que esteja disposta a dialogar com os territórios, com os corpos velhos e com as memórias negras. A Universidade da Maturidade, enquanto proposta de extensão que se abre para os saberes da vida tem a oportunidade de transformar não apenas os participantes do quilombo, mas também os próprios limites epistemológicos da universidade pública brasileira.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Analisar a percepção da educação universitária no Quilombo Malhadinha, utilizando a Tecnologia Social da Universidade da Maturidade como ferramenta de promoção da cidadania e protagonismo social, com base nas expectativas e necessidades dos docentes e moradores locais.

1.3.2. Objetivos específicos

- Analisar os documentos institucionais e pedagógicos relacionados à implementação da Universidade da Maturidade no Quilombo Malhadinha, em Brejinho de Nazaré – TO.
- Construir o histórico do Quilombo Malhadinha, destacando sua trajetória de luta, resistência e experiências educativas no contexto da Amazônia Legal.
- Estudar os materiais e propostas formativas do curso de Educadores Políticos Sociais do Envelhecimento Humano, avaliando suas contribuições para a formação de lideranças locais e o fortalecimento da autonomia comunitária.
- Investigar como a atuação da Universidade da Maturidade tem contribuído para o protagonismo dos docentes locais e para a valorização dos saberes tradicionais no Quilombo Malhadinha.

1.4. Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios da fenomenologia e na análise documental. A escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreender, a partir da escuta ativa e da análise de registros existentes, os sentidos atribuídos pelos sujeitos à experiência da Universidade da Maturidade (UMA) no contexto do Quilombo Malhadinha, localizado no município de Brejinho do Nazaré/TO.

Serão utilizados documentos institucionais, materiais pedagógicos, relatórios, registros audiovisuais e depoimentos previamente gravados ou transcritos, oriundos das atividades da UMA no território em questão. Tais fontes serão analisadas com base em referenciais que valorizam a subjetividade e a experiência vivida, respeitando os princípios éticos da pesquisa documental, já que não haverá coleta direta de dados com os participantes.

A análise seguirá os pressupostos da fenomenologia, buscando descrever e interpretar os significados expressos nos relatos e materiais, considerando o contexto cultural, social e educativo em que estão inseridos. A metodologia adotada permitirá o entrecruzamento entre as diretrizes da UMA como tecnologia social e as vivências de pessoas idosas quilombolas, possibilitando uma leitura aprofundada sobre os impactos simbólicos e educativos dessa experiência universitária.

1.5. Estrutura da tese

1.5.1. Caminhos percorridos

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, fundamentada no referencial fenomenológico e na metodologia de estudo de caso, conforme propõem Merleau-Ponty (1975, 1999), Giorgi (1985, 2004), Martins e Bicudo (2006) e Stake (2013). A escolha metodológica justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado: a inserção da Universidade da Maturidade (UMA) como uma tecnologia social no Quilombo Malhadinha, em Brejinho do Nazaré/TO, e os sentidos atribuídos a essa experiência por seus participantes.

A investigação desenvolve-se em dois eixos interdependentes: o primeiro diz respeito à análise documental e bibliográfica, fundamentada em Gil (2002, 2008), Fonseca (2002) e Bardin (2011), utilizando-se de documentos institucionais, materiais pedagógicos, registros audiovisuais e publicações acadêmicas; o segundo compreende a escuta ativa de depoimentos já registrados de participantes da UMA, considerando-os como fontes primárias para interpretação fenomenológica.

Os dados são analisados por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), que se apresenta como uma técnica sistemática de tratamento qualitativo das informações, permitindo inferências a partir de elementos verbais e não verbais. A leitura flutuante, a categorização e a interpretação crítica das falas e documentos fundamentam o processo de análise, respeitando os princípios da fenomenologia, como propõem Rezende (1990) e Osório (2002).

1.5.2. Delimitação do estudo

A pesquisa delimita-se à realidade do Quilombo Malhadinha, não tendo pretensão de generalização, mas de aprofundamento compreensivo. Considera-se o contexto cultural, histórico e político do território, adotando uma postura ética e engajada, conforme orientações de Lüdke e André (1986), Thiollent (1997) e Triviños (1987). O contato com os sujeitos da pesquisa se dá por meio de observação participante, história oral e análise de registros existentes, sem necessidade de submissão ao Comitê de Ética, dado que não há coleta direta de dados sensíveis.

A fenomenologia, enquanto corrente teórica, permite acessar as essências das experiências relatadas e compreendê-las em sua totalidade vivida (HUSSERL, 2008; MERLEAU-PONTY, 1999). A inserção do pesquisador no campo, reconhecendo-se como parte do processo investigativo, enriquece a análise e legitima as inferências, como sustentam Yin (2005) e Stake (2013).

O quadro metodológico estruturado (Quadro 1) sistematiza os principais procedimentos técnicos utilizados, incluindo as formas de coleta, os referenciais teóricos e os instrumentos de análise, com base na literatura especializada (Prodanov & Freitas, 2013; Mazzotti, 2006; Franco, 1991). O foco recai sobre os sentidos atribuídos pelos idosos, professores e técnicos da UMA ao processo educativo vivido em um território tradicional quilombola.

Essa abordagem metodológica está alinhada à linha de pesquisa "Saberes, Linguagem e Educação" do Programa de Pós-Graduação EDUCANORTE/UFT, permitindo uma leitura situada dos processos formativos no contexto da Amazônia Legal. O diálogo entre educação popular (Freire, 1981), epistemologias do sul (Santos, 2010) e tecnologias sociais (Dagnino, 2014) fundamenta a proposta investigativa.

Assim, a metodologia adotada neste estudo não apenas sustenta o rigor acadêmico, mas responde a um compromisso ético e político com a valorização da pessoa idosa, dos saberes ancestrais e da inclusão universitária em territórios historicamente marginalizados.

Tabela 1 - Base de informações metodológicas

Indicadores	Procedimentos Técnicos	Autores
Corrente de pensamento	Fenomenológico	Merleau-Ponty (1975, 1999); Giorgi (1985, 2004); Rezende (1990); Osório (2002); Martins & Bicudo (2006)
Forma assumida (tipo)	Estudo de Caso	Franco (1990/1991); Mazzotti (2006); Stake (2013); Yin (2005, 2015)
Abordagem da pesquisa	Qualitativa	Gil (2002, 2008); Triviños (1987); Lüdke & André (1986); Prodanov &

		Freitas (2013)
Coleta de informações	Revisão bibliográfica e documental	Bardin (2011); Thiollent (1997); Freire (1981); Santos (2010)
Interpretação das informações	Análise de Conteúdo	Bardin (2011)
Locais e data da pesquisa	UMA/UFT; Quilombo Malhadinha em Brejinho de Nazaré – TO; Palmas – TO	Palmas - TO e Brejinho de Nazaré - TO

Fonte: autor

1.6. Dos cuidados éticos

A presente tese não foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por não se enquadrar nos critérios que exigem avaliação ética obrigatória, conforme disposto na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Segundo o Art. 1º, §1º da referida normativa, estão dispensadas de avaliação ética as pesquisas que utilizam exclusivamente fontes de domínio público, dados secundários devidamente anonimizados, bem como aquelas que não envolvem diretamente seres humanos em situação de risco ou vulnerabilidade, nem realizam intervenções ou manipulações sobre o participante.

A metodologia adotada na pesquisa caracteriza-se como qualitativa, baseada em análise documental, observações públicas, registros institucionais e relatos coletivos previamente sistematizados e acessíveis. Não houve coleta de dados sensíveis, nem aplicação de questionários, entrevistas ou qualquer outro procedimento que envolvesse identificação individual ou exposição de participantes.

É importante destacar que, ainda que a pesquisa esteja formalmente dispensada da submissão ao CEP, todos os cuidados éticos foram rigorosamente observados. A investigação foi conduzida com base nos princípios do respeito à dignidade humana, à privacidade, à confidencialidade e à valorização dos sujeitos envolvidos, conforme os preceitos da ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais. As informações utilizadas foram tratadas de forma responsável, garantindo o anonimato e a integridade dos registros, sempre com o compromisso de não causar qualquer prejuízo moral, social ou institucional aos envolvidos direta ou indiretamente.

Reafirma-se que a ausência de submissão ao Comitê de Ética não representa, em hipótese alguma, negligência ética, mas sim um enquadramento legítimo nas disposições legais vigentes que regulam a condução de pesquisas acadêmicas no Brasil.

1.7. Locais da pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito da Universidade da Maturidade (UMA), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com foco nas ações desenvolvidas no município de

Brejinho de Nazaré, especialmente na comunidade quilombola Malhadinha. Os participantes são compreendidos como sujeitos coletivos envolvidos nas práticas formativas da UMA, incluindo pessoas idosas, educadores sociais, professores e lideranças locais. Os dados analisados foram oriundos de registros institucionais, observações de atividades públicas e materiais já sistematizados, sem aplicação de entrevistas ou coleta de dados sensíveis. A escolha dos locais e sujeitos respeitou critérios éticos e metodológicos, garantindo o tratamento responsável das informações, a não identificação individual e a valorização das experiências comunitárias vivenciadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa se ancora nos estudos sobre educação escolar quilombola, envelhecimento e intergeracionalidade, considerando a centralidade da identidade cultural, do pertencimento territorial e da cidadania. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) servem como marco normativo fundamental, por reconhecerem a especificidade dos processos educativos em territórios quilombolas e orientarem práticas pedagógicas que respeitam os saberes ancestrais, as tradições culturais e o protagonismo comunitário.

Diversos estudos apontam a necessidade de construção de práticas educativas que dialoguem com as realidades locais e promovam uma pedagogia contra-hegemônica. Um exemplo disso é o trabalho de Silva e Santos (2018), que analisam a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 sob a ótica da resistência política e da valorização cultural nas escolas quilombolas. Eles defendem um currículo que rompa com modelos colonizadores e que integre os conhecimentos tradicionais ao processo formal de ensino-aprendizagem.

Quando se fala em pedagogias quilombolas, destaca-se o estudo de Almeida (2024), publicado na Revista da FUNDARTE, que investiga as narrativas construídas entre crianças e idosos em um quilombo no sul do Brasil. A pesquisa evidencia a potência das práticas intergeracionais como fundamento de uma pedagogia própria, baseada na oralidade e no afeto, promovendo o fortalecimento da identidade coletiva e o sentimento de pertencimento entre os sujeitos envolvidos.

A articulação entre educação e território também é central no estudo de Souza e Lima (2023), da Universidade Federal do Pará, que analisam as práticas educativas e os saberes culturais da comunidade quilombola Nossa Senhora de Fátima do Crauateua. Os autores destacam que a escola, ao reconhecer os vínculos territoriais e a diversidade cultural de seus

educandos, fortalece processos de pertencimento e de afirmação identitária, especialmente entre os idosos.

O papel dos idosos como guardiões da memória e da cultura quilombola é amplamente reconhecido em diferentes pesquisas. O trabalho de Araújo (2022), apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, destaca como as memórias dos idosos quilombolas contribuem para a preservação da identidade étnica e para a transmissão intergeracional de saberes. Essa dimensão da memória é compreendida aqui não apenas como registro do passado, mas como prática educativa viva, que orienta o presente e projeta o futuro da comunidade.

Outro exemplo importante é o estudo de Oliveira (2018), publicado pela EDUEPB, que propõe o uso das narrativas de vida dos idosos quilombolas do Matão (PB) como recurso didático nas escolas locais. A proposta visa aproximar os jovens de suas raízes culturais, valorizando a história da comunidade e promovendo a construção de uma educação contextualizada e significativa. Essa abordagem está alinhada à perspectiva freireana, que entende a educação como prática de liberdade e consciência crítica (Freire, 2000).

A dimensão política da educação quilombola também é abordada na *Cartilha Aquilomba Brasil* (Ministério da Igualdade Racial, 2025), que sistematiza as principais políticas públicas federais voltadas a essas comunidades. A publicação ressalta o direito à educação diferenciada e aponta os desafios enfrentados na implementação das diretrizes curriculares, incluindo a escassez de recursos, o preconceito institucional e a necessidade de formação continuada para os docentes que atuam nesses contextos.

Com base em estudos mais recentes, como o de Carvalho e Silva (2024), na *Revista e-Curriculum* da PUC-SP, observa-se que o reconhecimento da presença negra na Amazônia e o fortalecimento das práticas educativas quilombolas têm avançado, mas ainda carecem de apoio institucional e de maior articulação com as universidades públicas. Nesse cenário, experiências como a da Universidade da Maturidade (UMA), em parceria com comunidades quilombolas, surgem como alternativas concretas de educação intergeracional, inclusiva e culturalmente situada.

A literatura revisada aponta para a urgência de políticas educacionais comprometidas com a equidade e a justiça social. As práticas pedagógicas baseadas no diálogo intergeracional, na escuta dos saberes ancestrais e na valorização da identidade quilombola demonstram ser instrumentos eficazes de construção da cidadania e do sentimento de pertencimento.

A educação escolar quilombola, nesse sentido, não deve ser vista apenas como um direito legalmente assegurado, mas como uma estratégia de fortalecimento comunitário e de resistência cultural frente às lógicas de exclusão histórica. Para facilitar a visualização e análise crítica dessa produção teórica, apresenta-se a seguir um quadro sistematizado com os principais autores, objetivos, abordagens metodológicas e contribuições das obras analisadas, a fim de oferecer uma síntese do estado da arte sobre o tema e subsidiar a construção conceitual da pesquisa.

Tabela 2 - Revisão Bibliográfica Sistemática: Educação Quilombola e Envelhecimento

TÍTULO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ANO	OBJETIVO DO ESTUDO	PLATAFORMA / FONTE
Cartilha Aquilomba Brasil – Políticas Públicas para Quilombolas	Ministério da Igualdade Racial	2025	Divulgar as principais políticas públicas federais voltadas às comunidades quilombolas, com foco em território, infraestrutura, desenvolvimento e direitos sociais.	Ministério da Igualdade Racial – Publicação oficial
A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: contexto brasileiro de produção teórica	Revista Educação e Políticas em Debate – UFSC	2025	Analisar a produção científica sobre a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola em plataformas digitais.	Revista Educação e Políticas em Debate – UFSC
Pedagogia Quilombola: um estudo sobre a produção partilhada de narrativas entre crianças e idosos em um quilombo no Sul do Brasil	Revista da FUNDARTE	2024	Investigar como a produção partilhada de narrativas entre crianças e idosos pode constituir uma Pedagogia Quilombola baseada em práticas intergeracionais e oralidade.	Revista da FUNDARTE
A Educação Escolar Quilombola na Amazônia	Revista e-Curriculum (PUC-SP)	2024	Refletir sobre a presença negra na Amazônia e o processo educacional das comunidades quilombolas na região, a partir de uma abordagem bibliográfica e documental.	Revista e-Curriculum (PUC-SP)
Educação Quilombola: Saberes Ancestrais e Identidade Cultural	Revista Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas	2024	Compreender a relação entre os saberes ancestrais e a educação quilombola, destacando a importância da agroecologia e da preservação territorial para a identidade cultural.	Revista Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas (UESB)
Identidade negra/quilombola: diálogos intergeracionais de autoafirmação em uma comunidade do sertão nordestino	Revista Brasileira de Educação	2023	Compreender como crianças, pré-adolescentes e idosos quilombolas constroem e expressam suas identidades racial e cultural através de diálogos intergeracionais.	Revista Brasileira de Educação (SciELO)
A interface das práticas educativas e saberes culturais em território quilombola	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2023	Analisar as práticas educativas e os saberes culturais da comunidade	Universidade Federal do Pará (UFPA)

			quilombola Nossa Senhora de Fátima do Crauateua, enfatizando o papel da identidade e do território na educação escolar.	
Educação Escolar Quilombola e o Currículo Escolar Histórico-Cultural	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	2023	Investigar como as práticas educativas do ensino fundamental I dialogam com a realidade sociocultural da comunidade quilombola Santa Rita das Barreiras, em São Miguel do Guamá (PA).	Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Estatuto da Igualdade Racial e Normas Correlatas	Senado Federal	2023	Compilar e sistematizar a legislação federal vigente relacionada à igualdade racial, incluindo ações afirmativas e garantias legais às populações negras e quilombolas no Brasil.	Senado Federal – Edição Técnica
Idosos Quilombolas, Identidade Étnica e Memória	Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	2022	Dar visibilidade à contribuição dos idosos quilombolas na preservação da identidade étnica, por meio de uma análise qualitativa das suas memórias e vivências.	Anais do 16º ENPESS
Educação Escolar Quilombola — Ministério da Educação	Ministério da Educação (site institucional)	2020	Apresentar as diretrizes nacionais homologadas para a Educação Escolar Quilombola e discutir os desafios enfrentados para sua implementação nas comunidades.	Portal do Ministério da Educação (gov.br)
Memórias dos Idosos Quilombolas do Matão/PB: Narrativas para o desenvolvimento de práticas de ensino	EDUEPB (Livro: Práticas de Ensino e Tecnologias Digitais)	2018	Utilizar as memórias dos idosos quilombolas como recurso didático nas escolas locais, visando fortalecer a identidade cultural e territorial dos jovens.	Livro Práticas de Ensino e Tecnologias Digitais – EDUEPB
Diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola: uma perspectiva de educação contra-hegemônica	Revista Educação Popular (UFU)	2018	Analisar a Resolução nº 8/2012 e a proposta de um currículo contra-hegemônico voltado às comunidades quilombolas como forma de resistência e valorização cultural.	Revista Educação Popular (UFU)
Imagens representacionais das políticas públicas à educação e à saúde no imaginário de um grupo de idosos da comunidade Quilombola–Kalunga, de Monte Alegre de Goiás	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (Rio de Janeiro)	2015	Investigar as representações simbólicas das políticas públicas na educação e saúde no imaginário de idosos quilombolas da comunidade Kalunga.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (FGV)
Educação Escolar Quilombola: As Pedagogias Quilombolas na Construção Curricular	Universidade Federal da Bahia	2015	Evidenciar as formas de ensinar e aprender dos quilombolas e discutir sua importância na construção de um currículo escolar que dialogue com a realidade local e os saberes tradicionais.	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Diretrizes Curriculares	Ministério da	2012	Estabelecer orientações para a	Ministério da

Nacionais para a Educação Escolar Quilombola	Educação / Conselho Nacional de Educação		organização da Educação Escolar Quilombola, respeitando as especificidades culturais, territoriais e educacionais das comunidades quilombolas.	Educação / Conselho Nacional de Educação
--	--	--	--	--

Fonte: autor

3. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: CONTEXTO E DESAFIOS ATUAIS

O envelhecimento populacional é um dos maiores desafios do século XXI, impulsionado por avanços médicos, melhorias nas condições de vida e redução das taxas de fecundidade. Esse fenômeno caracteriza-se pelo aumento da proporção de pessoas com 60 anos ou mais em relação à população total, o que altera significativamente a estrutura etária das sociedades (IBGE, 2023).

No Brasil, os dados do Censo 2022 apontam que a população idosa representa 15,1% do total, o que equivale a cerca de 32 milhões de pessoas. Em 2012, essa parcela era de 11,3% (IBGE, 2023). A tendência é de crescimento contínuo: a projeção do IBGE é que, em 2060, um em cada três brasileiros, será idoso, o que implicará transformações profundas nas políticas públicas e no mercado de trabalho.

Esse aumento da longevidade, embora seja um avanço civilizatório, traz consigo a necessidade de adaptação estrutural da sociedade. O envelhecimento demanda reformulações em áreas como previdência social, saúde pública, educação para o envelhecimento e infraestrutura urbana, como transporte acessível e moradias adaptadas (Veras, 2011).

A transição demográfica brasileira se dá de maneira acelerada, diferentemente de países como França e Alemanha, que tiveram mais de um século para se adaptar ao envelhecimento de sua população. O Brasil terá menos de 30 anos para ajustar seu sistema social e econômico a essa nova realidade (Kanso & Wajnman, 2019).

Do ponto de vista da saúde, o envelhecimento traz um aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes, hipertensão, osteoporose e Alzheimer. Essas enfermidades exigem cuidados contínuos e multidisciplinares, o que pressiona os sistemas de saúde e requer políticas específicas para a atenção integral à pessoa idosa (WHO, 2021).

A saúde mental dos idosos também se impõe como pauta essencial. Depressão, solidão e ansiedade são comuns nessa faixa etária, especialmente entre os que vivem sozinhos ou em instituições de longa permanência. A Organização Mundial da Saúde (2021) destaca a importância do envelhecimento ativo, com ênfase na autonomia, participação e segurança.

O envelhecimento não é apenas um fenômeno biológico, mas também social. Questões como etarismo, exclusão digital, abandono familiar e violências contra idosos devem ser enfrentadas com políticas de conscientização e proteção social (Ministério dos Direitos Humanos, 2023). O Estatuto do Idoso, promulgado em 2003 no Brasil, representa um avanço importante, mas ainda carece de plena implementação.

A economia também sofre impactos com o envelhecimento. A força de trabalho encolhe, e a proporção de pessoas inativas aumenta. Isso compromete a sustentabilidade da previdência social e exige reformas fiscais e previdenciárias que garantam justiça intergeracional (Giambiagi & Além, 2011). Ao mesmo tempo, é necessário repensar formas de inclusão produtiva da população idosa.

No campo da educação, cresce a importância de iniciativas voltadas ao aprendizado ao longo da vida. Universidades abertas à terceira idade, programas de alfabetização e inclusão digital são exemplos de ações que promovem o envelhecimento com dignidade e protagonismo, como defende a Política Nacional de Educação Permanente da Pessoa Idosa (Brasil, 2018).

As desigualdades regionais e sociais influenciam fortemente a experiência do envelhecer. Idosos pobres, negros, indígenas e moradores de áreas rurais enfrentam maiores dificuldades de acesso a serviços de saúde, transporte e previdência, revelando a necessidade de políticas interseccionais que considerem as especificidades desses grupos (IPEA, 2021).

A interseccionalidade é, portanto, uma chave fundamental para a compreensão do envelhecimento negro quilombola. Como afirma Sueli Carneiro (2003), a discriminação racial não desaparece com a idade, mas se intensifica nas condições de vulnerabilidade. Nilma Lino Gomes (2017) reforça que é necessário compreender os saberes de pessoas idosas negras como parte de uma epistemologia própria, construída a partir da ancestralidade, da resistência e da memória coletiva. Bell hooks (1994), por sua vez, destaca que a educação libertadora só é possível quando reconhece as marcas do racismo, do sexismo e da exclusão histórica.

O papel da tecnologia social nesse processo é central. Conforme Dagnino (2004), as tecnologias sociais são construções coletivas que partem da realidade vivida pelas comunidades para propor soluções inclusivas e emancipatórias. Paul Singer (2002) complementa que essas tecnologias promovem autonomia e cidadania, ao contrário das tecnologias convencionais que muitas vezes aprofundam a exclusão. A Universidade da Maturidade, nesse sentido, representa uma tecnologia social por excelência, ao integrar

conhecimento científico com os saberes populares e comunitários, com base na escuta ativa, no diálogo intergeracional e na valorização da pessoa idosa como sujeito político e educativo.

A abordagem fenomenológica adotada nesta pesquisa contribui para aprofundar essa compreensão. Inspirada em Husserl (1989), ela valoriza a experiência vivida pelos sujeitos em sua intencionalidade — ou seja, na forma como significam o mundo ao seu redor. A fenomenologia propõe a suspensão de julgamentos prévios (*epoché*) para que o pesquisador possa acessar os sentidos dados pelos próprios participantes às suas trajetórias, memórias e vivências. Nesse sentido, escutar as narrativas dos idosos quilombolas é não apenas um método, mas uma escolha ética e epistemológica que reconhece a legitimidade dos saberes produzidos a partir da vivência, da oralidade e da ancestralidade.

O papel da família na sustentação da velhice é fundamental, mas encontra limites diante das transformações familiares e da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho. Muitos idosos acabam se tornando cuidadores dos netos, contribuindo com trabalho doméstico e até com renda familiar, contrariando a imagem de dependência (Camarano, 2014).

As cidades precisam se tornar mais amigáveis às pessoas idosas. A iniciativa “Cidades Amigas do Idoso”, da OMS, propõe diretrizes para mobilidade, habitação, participação social e acesso à informação, fundamentais para o envelhecimento com qualidade (WHO, 2007). No Brasil, poucos municípios aderiram formalmente, mas a pauta vem ganhando espaço em planos diretores e conferências de saúde.

Envelhecer também significa acumular experiências, memórias e contribuições sociais. É fundamental combater os estereótipos que associam a velhice à inutilidade, promovendo a valorização da sabedoria e do papel ativo dos idosos na sociedade. As tecnologias sociais e programas intergeracionais têm demonstrado resultados positivos nesse sentido (Duarte, 2020).

A pandemia de COVID-19 revelou fragilidades graves nas políticas de cuidado da população idosa. Os altos índices de mortalidade nessa faixa etária evidenciaram negligência institucional e social, destacando a urgência de investimentos contínuos em saúde pública, assistência e inclusão (Lacerda et al., 2021).

Por fim, é preciso compreender o envelhecimento como um fenômeno coletivo e inevitável, que exige ações articuladas entre Estado, sociedade civil e setor privado. Mais do que responder a demandas imediatas, é necessário planejar a sociedade que queremos

construir para os próximos 50 anos — uma sociedade que reconheça o valor do envelhecer, da ancestralidade e da diversidade como fundamentos de justiça social.

3.1. O Envelhecimento em Territórios Amazônicos Vulnerabilizados

Envelhecer na Amazônia brasileira envolve um conjunto de desafios interligados às condições sociais, econômicas e ambientais do território. A transição demográfica avança sobre realidades marcadas pela exclusão histórica e por carências estruturais profundas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 2012 e 2022, o número de idosos na região Norte cresceu 38,7%, exigindo maior atenção das políticas públicas (IBGE, 2023).

A região amazônica enfrenta obstáculos que acentuam a vulnerabilidade da população idosa, como a precariedade da infraestrutura de saúde, baixa cobertura previdenciária, ausência de transporte público adequado e longas distâncias até centros urbanos. De acordo com o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), mais de 40% dos municípios da Amazônia Legal não possuem leitos hospitalares adequados ou profissionais especializados em geriatria (IEPS, 2021).

A condição de isolamento geográfico somada à pobreza multidimensional contribui para o aumento do risco social na velhice. Em comunidades ribeirinhas e quilombolas, idosos enfrentam dificuldades de mobilidade, acesso limitado à tecnologia e invisibilidade institucional (RedeGeronto, 2024). Isso compromete o direito à saúde, à informação e à participação social, pilares do envelhecimento ativo preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015).

O envelhecimento nesses territórios também é influenciado por fatores ambientais. Um levantamento do InfoAmazonia revelou que quase 30% dos municípios amazônicos com até 50 mil habitantes apresentam alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, afetando diretamente os mais velhos (InfoAmazonia, 2023). Isso exige medidas de proteção social adaptadas às mudanças climáticas.

A ausência de serviços públicos continuados para a pessoa idosa nas áreas amazônicas aprofunda a exclusão. Segundo o Diagnóstico Socioterritorial do Estado do Amazonas, a maioria das cidades pequenas carece de programas de acompanhamento à saúde mental da população idosa, o que amplia quadros de depressão, ansiedade e isolamento (SEAS, 2021). Essas condições são agravadas pelo etarismo e pelo racismo institucional que afetam populações indígenas e negras.

Apesar dessas dificuldades, os idosos continuam a exercer papéis centrais em suas comunidades. Em territórios quilombolas, por exemplo, são guardiões da memória e da cultura oral, liderando rituais, ensinando práticas tradicionais e orientando os mais jovens (Santos & Costa, 2020). Contudo, esse papel social ainda é pouco reconhecido pelas políticas públicas, que frequentemente ignoram os saberes tradicionais no desenho de suas ações.

A pandemia de COVID-19 escancarou a fragilidade do sistema de proteção à pessoa idosa na Amazônia. Em muitas localidades, idosos ficaram sem acesso a vacinas, orientações sanitárias e acompanhamento médico. Estudo da ECAM mostrou que a ausência de políticas emergenciais específicas gerou impacto direto na saúde e segurança alimentar dos idosos em comunidades tradicionais (ECAM, 2021).

Frente a esse cenário, algumas iniciativas locais têm buscado alternativas para promover um envelhecimento mais digno. Projetos comunitários, muitas vezes liderados por igrejas, associações de base ou universidades, oferecem atividades físicas, aulas culturais e atendimentos itinerantes. A Universidade da Maturidade (UMA), por exemplo, surge como uma tecnologia social promissora, levando educação e inclusão social para idosos em territórios amazônicos, inclusive quilombolas (FBB, 2023).

Envelhecer na Amazônia requer uma abordagem interseccional e territorializada, que compreenda as especificidades culturais, ambientais e históricas da região. Políticas públicas eficazes devem partir do reconhecimento dos idosos como sujeitos de direitos, e não como populações assistidas. Somente assim será possível garantir um envelhecimento com dignidade, participação e justiça social na Amazônia.

3.2. Ancestralidade e Educação

A ancestralidade, no contexto das comunidades quilombolas, transcende a mera herança genética ou cultural; ela se configura como um princípio ontológico que orienta as práticas sociais, espirituais e educativas. Segundo Gomes (2003), a ancestralidade deve ser compreendida como um fundamento que organiza a vida, as escolhas e os sentidos das populações negras. Essa perspectiva desafia as epistemologias hegemônicas, propondo uma revalorização dos saberes tradicionais que estruturam a vida comunitária.

A educação, nesse cenário, não é apenas um processo de transmissão de conhecimentos formais, mas uma vivência que integra memória, identidade e resistência. Os saberes ancestrais são transmitidos por meio de práticas cotidianas, como o cultivo da terra, as celebrações religiosas, as narrativas orais e as expressões artísticas. Essas práticas educativas

são fundamentais para a manutenção da identidade cultural e para a resistência frente às tentativas de assimilação e apagamento cultural (GOMES, 2003).

Autores como Munanga (2004) e Carneiro (2011) destacam a importância de uma educação que reconheça e valorize os saberes africanos e afro-brasileiros. Eles argumentam que a descolonização do saber é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse sentido, a educação quilombola deve ser pautada por uma pedagogia que respeite e incorpore as especificidades culturais e históricas dessas comunidades.

A pedagogia ancestral propõe uma abordagem educativa que integra os saberes tradicionais às práticas pedagógicas contemporâneas. Essa integração permite que os estudantes quilombolas se reconheçam nos conteúdos escolares, fortalecendo sua autoestima e identidade cultural. Além disso, promove uma aprendizagem significativa, conectada à realidade e às necessidades da comunidade (MUNANGA, 2004).

A valorização da ancestralidade na educação também implica o reconhecimento dos idosos como guardiões do saber. Eles desempenham um papel central na transmissão de conhecimentos e valores, sendo referências para as novas gerações. A presença ativa dos idosos nas práticas educativas contribui para a continuidade e fortalecimento da cultura quilombola (CARNEIRO, 2011).

A implementação de políticas públicas que reconheçam e apoiem a educação quilombola é fundamental para garantir o direito à educação de qualidade e culturalmente relevante. Programas como o “Aquilomba Brasil” visam promover a equidade e a valorização da diversidade cultural no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2023). Essas iniciativas são essenciais para combater as desigualdades históricas e promover a inclusão social.

A formação de professores para atuar em comunidades quilombolas deve considerar a especificidade cultural e histórica dessas populações. É necessário desenvolver currículos que integrem os saberes ancestrais e promovam uma educação contextualizada. A formação continuada dos educadores é crucial para garantir práticas pedagógicas eficazes e respeitadas (MASCARENHAS; NASCIMENTO; SANTOS, 2024).

A pesquisa acadêmica desempenha um papel importante na visibilização e valorização da educação quilombola. Estudos como os de Mascarenhas et al. (2024) exploram a relação entre saberes ancestrais e identidade cultural, contribuindo para a construção de uma base teórica sólida para as práticas educativas. Essas pesquisas também subsidiam a formulação de políticas públicas e programas educacionais.

A integração da agroecologia e da permacultura nas práticas educativas quilombolas reflete a conexão entre saberes ancestrais e sustentabilidade. Essas abordagens promovem a preservação ambiental e a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o uso da terra e dos recursos naturais (SANTOS, 2019). A educação, nesse contexto, contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em suma, a ancestralidade é um elemento central na construção de uma educação quilombola significativa e transformadora. Reconhecer e valorizar os saberes ancestrais é essencial para promover a equidade, fortalecer a identidade cultural e garantir o direito à educação das comunidades quilombolas. A implementação de políticas públicas, a formação de educadores e a pesquisa acadêmica são pilares fundamentais para o avanço dessa proposta educativa.

3.3. O papel da pessoa idosa na comunidade quilombola

A pessoa idosa nas comunidades quilombolas desempenha um papel central na manutenção da memória coletiva e das práticas ancestrais. Em muitos territórios, os idosos são considerados os principais transmissores dos saberes tradicionais, tendo funções que vão além do cuidado familiar, estendendo-se à liderança espiritual e política (Silva & Oliveira, 2020).

Essa centralidade decorre de uma lógica de organização social baseada na oralidade e na experiência. Como afirmam Santos e Costa (2020), “os idosos quilombolas são reconhecidos como arquivos vivos da história do território”, sendo seus relatos fundamentais para a compreensão dos processos de resistência, deslocamento e preservação cultural vividos por essas comunidades.

Em diversas comunidades, os mais velhos são conhecidos como griôs, termo de origem africana que designa os guardiões da palavra e da tradição. “Os griôs são responsáveis por manter viva a herança cultural, ensinando músicas, histórias e valores às novas gerações” (Alves, 2018, p. 91). Esse papel é reconhecido como fundamental na transmissão intergeracional de saberes.

A convivência entre gerações fortalece vínculos e promove a identidade coletiva quilombola. Conforme estudo de Carvalho (2021), a presença do idoso nas rodas de conversa, celebrações e mutirões evidencia uma pedagogia comunitária em que o ensino se dá pelo exemplo, pela partilha e pela escuta, configurando um processo educativo contínuo.

Entretanto, os desafios enfrentados por essa população são expressivos. O acesso à saúde, à previdência e a políticas públicas de proteção ainda é precário em muitos quilombos. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), “as pessoas idosas quilombolas vivem, em sua maioria, em condições de vulnerabilidade social agravadas pela ausência do Estado”.

A invisibilidade institucional tem impactos significativos. Em muitos casos, os idosos acabam assumindo a responsabilidade pelo sustento e cuidado de netos e bisnetos, especialmente quando as gerações intermediárias migram para centros urbanos (Camarano, 2014). Esse cenário demonstra o quanto a velhice quilombola se distancia do estereótipo da dependência passiva, sendo, na verdade, ativa e multifuncional.

Em contrapartida, movimentos sociais e iniciativas locais têm promovido a valorização da velhice negra e quilombola. A criação de espaços de escuta e visibilidade para esses sujeitos tem ampliado o debate sobre o envelhecimento em territórios tradicionais. Um exemplo disso são as experiências de educação popular em quilombos da região Norte, onde os idosos participam de projetos intergeracionais em parceria com universidades e ONGs (FBB, 2023).

Como apontado por Duarte (2020):

“à velhice negra precisa ser compreendida como campo político e não apenas como estágio biológico”, reforçando a ideia de que os idosos quilombolas devem ser agentes e não apenas objetos das políticas públicas. A sua participação ativa é um recurso vital para o desenvolvimento sustentável do território.

Por esse motivo, é urgente a criação de políticas específicas que reconheçam os saberes e práticas dos idosos quilombolas, garantindo-lhes acesso à saúde, segurança alimentar, moradia digna e reconhecimento cultural. A valorização de suas experiências pode contribuir para fortalecer a identidade coletiva e promover a continuidade das tradições locais (Santos, 2010).

Em suma, o papel da pessoa idosa na comunidade quilombola transcende a dimensão afetiva ou familiar. Trata-se de um papel político, educativo e cultural. Valorizar esses sujeitos é reconhecer que a luta por território, cultura e dignidade passa também por garantir à velhice quilombola os direitos historicamente negados e a escuta que merecem.

3.4. Educação de velhos quilombolas na Amazônia

A educação de pessoas idosas em territórios quilombolas amazônicos representa uma dimensão muitas vezes ignorada pelas políticas educacionais tradicionais. A invisibilidade

histórica desses sujeitos no planejamento de ações pedagógicas revela a urgência de se considerar uma perspectiva interseccional que leve em conta raça, território, classe e geração. Devido ao histórico de marginalização territorial e exclusão educacional, muitos quilombolas idosos não tiveram acesso ao ensino formal, e os que tiveram, em sua maioria, vivenciaram processos que desvalorizavam sua identidade e saberes tradicionais (PEREIRA; SIMAS, 2024).

Ao observar a Amazônia como lugar de vida de centenas de comunidades remanescentes de quilombos, é possível constatar que a escolarização das populações adultas e idosas ainda é limitada, e marcada por currículos que negligenciam suas memórias e modos de vida. Conforme Cunha (2022), há uma lacuna significativa entre os conteúdos formais e as vivências locais, o que gera desinteresse e abandono. Nesse sentido, torna-se necessário repensar os referenciais e práticas pedagógicas voltadas a esse público.

A ausência de ações educacionais adaptadas à velhice negra amazônica impede que muitos idosos exerçam sua cidadania de forma plena. As barreiras incluem desde a localização geográfica isolada até o despreparo de profissionais da educação para lidar com a interseccionalidade de fatores que marcam a vida quilombola. Segundo dados do IBGE (2023), menos de 10% das pessoas com mais de 60 anos em comunidades quilombolas da região Norte possuem ensino fundamental completo.

Entretanto, os processos de educação popular emergem como alternativas potentes. Iniciativas conduzidas por lideranças locais, universidades e movimentos sociais têm construído metodologias sensíveis à oralidade, à circularidade da escuta e à pedagogia do pertencimento. A Universidade da Maturidade (UMA) é um exemplo notável, ao incluir idosos quilombolas em processos formativos não apenas como aprendizes, mas como educadores da experiência (ALVES, 2023).

Além de estratégias institucionais, muitas comunidades desenvolvem formas autônomas de formação entre gerações. A prática de aulas com idosos sobre plantas medicinais, contação de histórias e rituais tradicionais é um modo legítimo de educação que se ancora na ancestralidade como fundamento do ensino (NUNES, 2019). Essas ações reconhecem que os velhos quilombolas são detentores de um saber que não pode ser negligenciado.

A valorização desses saberes tem impactos diretos no fortalecimento identitário e na autoestima dos idosos. Como afirma Santos (2010), "resgatar o valor das epistemologias do sul é também afirmar que a ciência não tem exclusividade sobre a produção do

conhecimento". Nesse contexto, a educação de velhos quilombolas na Amazônia é um campo fértil de ruptura com os paradigmas coloniais de ensino.

Outro fator relevante é a articulação entre saúde e educação. Muitos idosos, ao retornarem aos espaços de aprendizagem, relatam melhorias em sua saúde mental, socialização e percepção de pertencimento. A escola, nesse caso, se transforma em um espaço terapêutico e de reconstrução da dignidade (DUARTE, 2020).

A pluralidade de experiências exige que o Estado atue com mais firmeza e diálogo. A construção de políticas públicas deve considerar os modos próprios de aprender e ensinar presentes nos territórios quilombolas. Isso implica reconhecer que alfabetizar não é apenas ensinar letras, mas oferecer meios para que os sujeitos possam narrar suas histórias e participar criticamente da sociedade (FREIRE, 1981).

A Amazônia Legal possui cerca de 400 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente. Inserir os idosos dessas comunidades em propostas educacionais não é uma concessão, mas uma reparação histórica. É preciso, como propõe Fanon (2008), "criar novas formas de estar no mundo" que sejam livres do apagamento colonial e da lógica da exclusão.

Pensar a educação de velhos quilombolas na Amazônia é mais do que propor uma política compensatória. É admitir que, sem esses sujeitos, não há memória, nem identidade coletiva, nem futuro. Educação, nesse contexto, é continuidade, luta e herança viva.

4. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE (UMA): TECNOLOGIA SOCIAL EM EXPANSÃO

Partimos do princípio de que, como afirma Köche (1997), a ciência nasce da necessidade de compreender e transformar a realidade vivida. Nesse sentido, esta pesquisa se estrutura a partir de três curiosidades intelectuais interligadas: a tecnologia social representada pela Universidade da Maturidade (UMA), a educação intergeracional e a promoção da cidadania e dos direitos das pessoas idosas em territórios vulnerabilizados, especialmente quilombolas.

A Universidade da Maturidade (UMA), criada em 26 de fevereiro de 2006 no Polo Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), surgiu como projeto de extensão com o objetivo de responder a transformações demográficas e necessidades sociais concretas. Desde sua criação, a UMA tem se afirmado como uma tecnologia social reconhecida por articular formação acadêmica, valorização da velhice e práticas intergeracionais (Osório; Silva Neto, 2013; 2021). Com apenas 50 vagas e mais de 350 inscritos no início, a demanda social revelou o desejo latente da população idosa por inserção educacional e reconhecimento.

A proposta da UMA consolida-se por meio do curso de Educador Político Social do Envelhecimento Humano, que já formou cerca de seis mil idosos, mantendo um dos menores índices de evasão entre os cursos da UFT (PPP/UMA/UFT/TO, 2018). Atualmente presente em 14 polos – 13 no Tocantins e um em Mato Grosso do Sul –, a UMA atua como catalisadora de políticas de envelhecimento ativo e de inclusão educacional para idosos em realidades urbanas, rurais e indígenas.

A experiência em Tocantínia é emblemática: três polos foram implantados junto à comunidade indígena Akwê-Xerente, configurando uma inovação no campo da educação intergeracional indígena. As aulas foram adaptadas à realidade cultural dos povos originários, com participação ativa dos anciãos de seis aldeias. O reconhecimento institucional e metodológico da UMA, inclusive por meio da plataforma Transforma da Fundação Banco do Brasil, atesta sua legitimidade como tecnologia social reaplicável e promotora de inclusão (Jornal Tocantins, 2023).

Figura 1 - Notícia UMA Indígena



Fonte: G1 Tocantins

A metodologia da UMA está fortemente ancorada na educação intergeracional. Segundo Villas-Bôas (2017), aprender e conviver entre diferentes gerações é fundamental para a construção de vínculos, combate aos estereótipos de idade e desenvolvimento de relações sociais mais empáticas. Costa (2019) reforça esse ponto, afirmando que a educação intergeracional é uma ferramenta pedagógica potente para integrar sujeitos historicamente segregados pelo etarismo e promover trocas significativas de saberes.

Nesse panorama, a UMA/UFT representa um contraponto à exclusão promovida pela sociedade contemporânea, que frequentemente marginaliza os saberes das pessoas idosas. Ao criar espaços de escuta e protagonismo, a universidade amplia o direito à memória e à

educação ao longo da vida. Como destaca Leff (2006), é nesse diálogo entre gerações que se constrói uma nova racionalidade – não mais centrada apenas no tecnicismo, mas na relação ambiental e humana com o mundo.

A relevância das práticas intergeracionais promovidas pela UMA também dialoga com agendas internacionais. O Plano de Ação de Madri (ONU, 2002) propõe a construção de uma sociedade para todas as idades, destacando a necessidade de ações intergeracionais como forma de fortalecer a solidariedade entre gerações. Da mesma forma, a Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030 da OMS reafirma o compromisso global de promover ambientes inclusivos, serviços adequados e oportunidades de participação para os mais velhos.

A legislação brasileira também reconhece essa importância. O Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), em seus artigos 21 e 22, orientam que a educação e a cultura sejam espaços de transmissão intergeracional de conhecimentos e que o currículo escolar valorize o envelhecimento. Contudo, lacunas permanecem.

A intergeracionalidade, portanto, é mais do que uma diretriz teórica: é um campo de ação transformadora que reposiciona idosos, jovens e crianças em um ciclo contínuo de aprendizado e respeito mútuo. Kaplan (2001) e Ferrigno (2010) reforçam que os benefícios dessas práticas incluem a melhoria da autoestima nos idosos, o desenvolvimento da empatia nas crianças e o fortalecimento da identidade coletiva.

Ao integrar práticas pedagógicas, políticas públicas e reconhecimento cultural, a Universidade da Maturidade evidencia o papel transformador da educação no enfrentamento da exclusão social de pessoas idosas. Mais do que um projeto institucional, a UMA se firma como um espaço de reconexão entre tempo, território e saberes.

4.1. A UMA como instrumento de cidadania e pertencimento

A Universidade da Maturidade (UMA), vinculada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), é reconhecida como uma tecnologia social que promove o envelhecimento ativo, a inclusão educacional e a valorização da pessoa idosa. Sua proposta pedagógica vai além da formação acadêmica: trata-se de um espaço de convivência, escuta e reconstrução identitária. A UMA atua na construção da cidadania de sujeitos historicamente excluídos dos espaços formais de educação, especialmente no Norte do Brasil, onde ainda existem marcas das desigualdades sociais.

A cidadania, segundo Marshall (1967), não se resume ao exercício dos direitos civis e políticos, mas também abrange os direitos sociais, como a educação, a cultura e a participação na vida comunitária. A UMA se propõe a garantir esses direitos por meio de uma pedagogia fundamentada na humanização, na escuta ativa e na valorização da trajetória de vida dos sujeitos que envelhecem. Essa abordagem proporciona aos alunos a possibilidade de se reconhecerem como protagonistas da própria história, rompendo com estigmas de inutilidade atribuídos à velhice.

Um dos diferenciais da UMA é sua atuação em contextos marcados por vulnerabilidade social e cultural, como comunidades quilombolas e territórios rurais. Um caso exemplar é o da comunidade Malhadinha, em Brejinho de Nazaré (TO), onde a presença da UMA contribuiu para a mobilização da população idosa, o fortalecimento das lideranças locais e a valorização da memória coletiva. Como relatado por Nunes Filho (2023), a atuação da UMA nesse território gerou não apenas ganhos educacionais, mas também impactos sociais e afetivos, reafirmando o sentimento de pertencimento dos participantes.

Outro exemplo relevante é o projeto desenvolvido no município de Tocantinópolis, onde a UMA promoveu atividades intergeracionais em parceria com escolas públicas, aproximando idosos e jovens em oficinas de artesanato, contação de histórias e práticas culturais afro-brasileiras. A iniciativa foi reconhecida pelo Prêmio FBB de Tecnologias Sociais em 2017 como uma boa prática de educação cidadã, fortalecendo os vínculos comunitários e combatendo o etarismo.

A intergeracionalidade é, aliás, um eixo estruturante das ações da UMA. A convivência entre diferentes gerações contribui para a construção de uma cultura de paz, solidariedade e respeito mútuo, como aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) ao defender o envelhecimento ativo como uma política pública global. A partir dessa convivência, os idosos deixam de ser apenas destinatários de cuidado e passam a ser educadores, transmissores de saberes e líderes sociais.

A sensação de pertencimento gerada pela UMA está diretamente associada à criação de espaços de escuta e expressão, como rodas de conversa, oficinas de memória e apresentações culturais. Tais espaços favorecem o fortalecimento da identidade dos sujeitos, conforme discute Bauman (2005) ao tratar das relações de pertencimento em tempos de liquidez social. No caso da UMA, esses vínculos são resgatados por meio da valorização da história de vida e da coletividade.

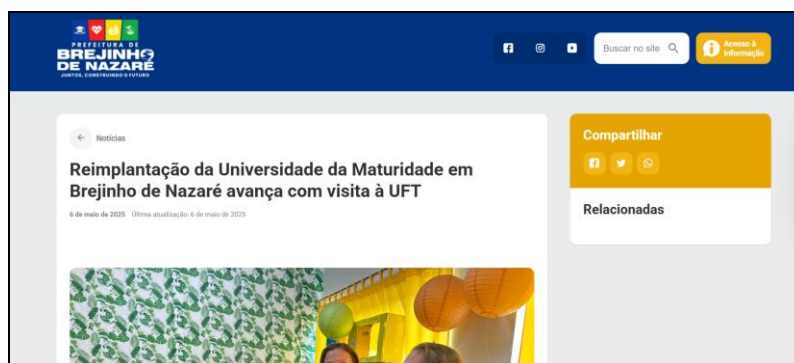
É também relevante destacar que a UMA atua como mecanismo de acesso à cidadania digital. Oficinas de letramento digital, produção de vídeos e participação em redes sociais ampliam a presença social dos idosos, combatendo a exclusão digital. Em Palmas, por exemplo, participantes do programa passaram a criar canais no YouTube, onde compartilham experiências e vivências, como relatado em pesquisa de Lima e Cruz (2021), demonstrando autonomia e protagonismo.

Além disso, a Universidade da Maturidade (UMA) consolida-se como uma política educacional inovadora, que promove a equidade, a justiça social e a valorização da pessoa idosa. Ao oferecer espaços de aprendizagem e expressão, desperta o interesse dos idosos pela participação política e social, incentivando o engajamento em conselhos de direitos, fóruns de saúde e movimentos populares. Assim, a UMA fortalece a cidadania ativa, revitaliza a esfera pública e reafirma a educação como instrumento de transformação individual e coletiva, promovendo uma velhice digna, integrada e socialmente reconhecida.

4.2. Universidade da Maturidade em Brejinho do Tocantins

O retorno da Universidade da Maturidade (UMA) ao município de Brejinho do Tocantins marca mais do que a reabertura de um polo educacional; representa a retomada de um vínculo afetivo e político com uma população que há muito vem buscando reconhecimento, escuta e oportunidades. A UMA, ao ser reimplantada nesse território, reencontra rostos conhecidos e histórias interrompidas, agora desejosas de continuidade. É nesse movimento de reencontro que emerge a essência do projeto: ser lugar de pertencimento, de empoderamento e de protagonismo para os idosos da região (Osório & Silva Neto, 2021).

Figura 2 - Reimplantação do Polo da UMA de Brejinho de Nazaré-TO



Fonte: Prefeitura de Brejinho de Nazaré-TO

Brejinho já havia acolhido a UMA em sua primeira experiência, e o impacto causado por essa ação permanece vivo na memória de muitos. Para alguns dos idosos que participaram da experiência anterior, a Universidade da Maturidade foi o primeiro espaço institucional que

legitimou seus saberes e valorizou sua história. Trata-se, portanto, de uma reimplantação que carrega a carga simbólica do reconhecimento e da confiança renovada no papel formador da universidade pública (PPP/UMA/UFT, 2018).

Figura 3 - UMA Brejinho de Nazaré - TO

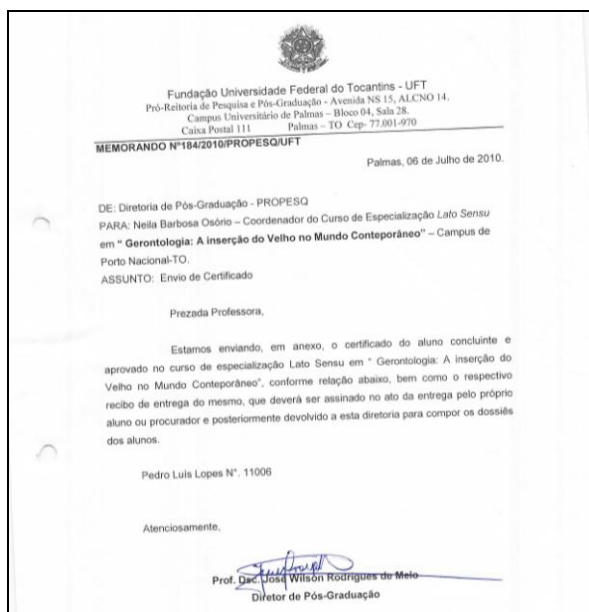


Fonte: Arquivos da UMA/UFT

A proposta da UMA se ancora em uma abordagem intergeracional, mas em Brejinho ela ganha contornos ainda mais específicos por se inserir em um contexto de forte presença quilombola e rural. Isso exige da equipe pedagógica não apenas sensibilidade intercultural, mas também escuta comprometida com a historicidade local. O que está em jogo não é apenas ensinar, mas co-construir um processo de formação onde os saberes comunitários possam florescer ao lado das epistemologias acadêmicas (Freire, 1996).

Nesse contexto, a formação dos professores do polo da UMA em Brejinho do Nazaré/TO representou um marco significativo para a consolidação pedagógica do projeto no território. A participação desses docentes no curso de especialização *lato sensu* em "Gerontologia: A inserção do velho no mundo contemporâneo", promovido pela Universidade Federal do Tocantins, proporcionou uma base teórica e metodológica sólida sobre o envelhecimento, ampliando a compreensão sobre os direitos, potencialidades e desafios enfrentados pelas pessoas idosas. Essa formação especializada contribuiu diretamente para a qualificação do corpo docente, o fortalecimento das práticas intergeracionais e a valorização dos saberes locais, consolidando a UMA como um espaço de transformação social enraizado na realidade quilombola.

Figura 4 - Memorando da UFT referente à certificação do curso em Gerontologia



Fonte: Arquivos UMA/UFT

Em visita recente à Universidade Federal do Tocantins, representantes do município e da comunidade local reforçaram o desejo de que a UMA volte a ocupar seu lugar como espaço de aprendizado, mas também como ferramenta de inclusão, de reconstrução da autoestima e de articulação comunitária. As falas recolhidas durante esses encontros revelam sentimentos de pertencimento, desejo de continuidade e orgulho por fazer parte de um projeto que ressignifica o envelhecimento (Surgiu, 2025).

A metodologia da UMA incorpora o tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão – com forte inspiração freiriana, valorizando o contexto local como ponto de partida para as práticas pedagógicas. A perspectiva fenomenológica aqui adotada permite reconhecer a experiência de cada sujeito como única, e por isso, carregada de sentido (Martins & Bicudo, 2006). O que significa para um idoso quilombola ser reconhecido como educador político-social em sua própria comunidade? Que memórias são ativadas ao se sentar novamente em uma sala de aula?

As vivências compartilhadas pelos participantes (professores da educação base) da reimplantação da UMA em Brejinho do Tocantins revelam, por meio de seus depoimentos, a profundidade das experiências vividas. Suas palavras não apenas documentam fatos, mas desvelam dimensões afetivas, existenciais e simbólicas que transcendem o espaço físico da sala de aula. Elas expressam pertencimento, ressignificação da velhice e reconhecimento de si enquanto sujeitos ativos de uma educação que acolhe e transforma.

“Sou Maria Azélia Morinda Silva, conhecida como Leila, pedagoga e especialista em Gerontologia, formação concluída entre os anos de 2012 e 2013. Conhecer a Universidade da Maturidade (UMA) representou um verdadeiro recomeço em minha trajetória pessoal e profissional. Carrego profunda gratidão pela oportunidade de acesso ao conhecimento, ao aprendizado, à convivência solidária, ao amor ao próximo e à construção de amizades significativas. A UMA tem me proporcionado uma vivência de envelhecimento mais leve e significativa, por meio das inúmeras experiências e oportunidades que recebi. Sinto-me hoje uma pessoa valorizada, com mais entusiasmo pela vida e com a liberdade de ser quem desejo. Na UMA, os sonhos ganham novos significados por meio de uma educação verdadeira, que acolhe, inspira e transforma. É um espaço de reencontro comigo mesma. Apesar da distância geográfica, cada vez que participo de um evento promovido pela UMA, retorno profundamente agradecida pela forma respeitosa e carinhosa com que sempre fui recebida, desde o primeiro dia. Por tudo isso, expresso minha sincera gratidão a esse projeto transformador e a seus idealizadores, a doutora Neila e o professor Neto, aos quais desejo bênçãos, luz e sabedoria contínuas. Em breve, se Deus quiser, estaremos novamente reunidos no Polo Brejinho de Nazaré”.

As vivências compartilhadas pelos participantes da reimplantação da UMA em Brejinho do Tocantins revelam, por meio de seus depoimentos, a profundidade das experiências vividas. Suas palavras não apenas documentam fatos, mas desvelam dimensões afetivas, existenciais e simbólicas que transcendem o espaço físico da sala de aula. Elas expressam pertencimento, ressignificação da velhice e reconhecimento de si enquanto sujeitos ativos de uma educação que acolhe e transforma, como se expressa no depoimento de Dona Zilda sobre a Universidade da Maturidade (UMA), ex-aluna da UMA de Brejinho – TO.

“A Universidade da Maturidade (UMA) transformou profundamente a minha vida, trazendo aprendizado, dignidade e oportunidades que jamais imaginei vivenciar. Quando a conheci, vivia momentos de desânimo, mas, a partir do contato com a doutora Neila e o professor Neto, tudo mudou. Cresci como pessoa, aprendi a viver e a valorizar cada experiência. Com a UMA, viajei, conheci lugares e pessoas, fiz grandes amizades e me senti valorizada. A doutora Neila teve papel essencial nesse processo, sempre incentivando e reconhecendo o valor da nossa comunidade do Brejinho. Ser parte da UMA é uma honra e motivo de orgulho, pois ela representa vida e reconhecimento para nós, idosos. Hoje, sou conhecida por muitos como a "Zildinha da UMA", e esse reconhecimento só reforça o

quanto essa iniciativa é significativa em minha trajetória. A UMA é parte essencial da minha história e continuará sendo enquanto existir”.

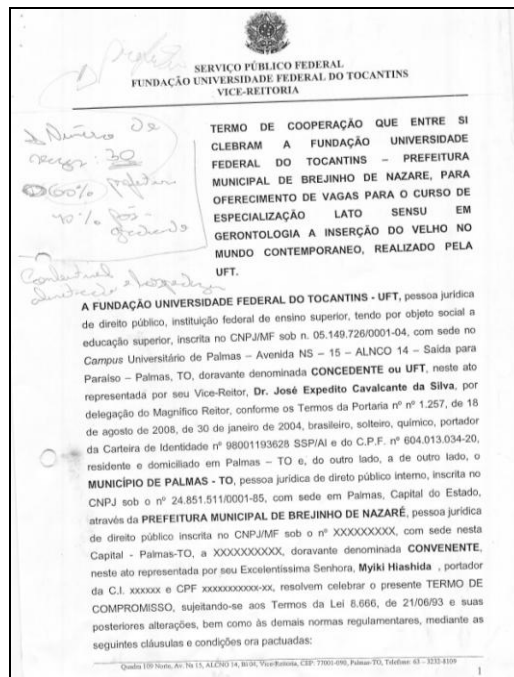
A escuta dessas experiências ajuda a iluminar o caráter transformador da UMA em Brejinho. Não se trata de um projeto assistencialista ou recreativo, mas de uma política pública de formação cidadã. O idoso deixa de ser visto apenas como destinatário de cuidados e passa a ser compreendido como sujeito político, cultural e pedagógico. É nesse deslocamento que reside uma das maiores forças da UMA (Gadamer, 2004).

A reimplantação também possibilita o fortalecimento de redes locais, já que a atuação da UMA dialoga com setores como a saúde, cultura, assistência social e meio ambiente. Essa perspectiva intersetorial é essencial para a consolidação de políticas de envelhecimento ativo, que não se restrinjam ao âmbito da saúde ou da aposentadoria, mas que compreendam o envelhecimento como etapa plena da vida (OMS, 2020).

A experiência em Brejinho reafirma o caráter reaplicável da tecnologia social UMA/UFT. Sua metodologia, baseada na educação intergeracional e no reconhecimento dos saberes comunitários, tem potencial para ser expandida para outros territórios amazônicos e tradicionais (Osório & Silva Neto, 2021). A reimplantação em Brejinho é, portanto, semente e fruto: responde a uma demanda legítima e inspira novas possibilidades.

Além disso, a reimplantação se alinha ao Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU, 2002), que orienta a construção de uma sociedade para todas as idades. A solidariedade intergeracional, um dos pilares da UMA, está no centro das diretrizes propostas pela Organização das Nações Unidas. O reconhecimento institucional da UMA, inclusive na plataforma Transforma da Fundação Banco do Brasil, atesta seu papel como tecnologia social de impacto e relevância.

Figura 5 - Termo de Cooperação Técnica



Fonte: Arquivos UMA/UFT

A Universidade da Maturidade, ao retornar para Brejinho do Tocantins, não apenas religa fios do passado, mas costura novos sentidos para o presente e aponta horizontes para o futuro. Em cada idoso que retorna às salas da UMA, há uma história em reconstrução, um território em afirmação e uma universidade que cumpre, com excelência e afeto, seu papel social.

4.3. Educadores protagonistas da Universidade da Maturidade em Brejinho do Nazaré/TO

A implementação da Universidade da Maturidade (UMA) no município de Brejinho do Nazaré/TO foi marcada por experiências significativas, não apenas para os alunos idosos, mas também para os educadores que atuaram como mediadores no processo formativo. A proposta da UMA, reconhecida como uma tecnologia social inovadora voltada à valorização da pessoa idosa, dialoga com os princípios da educação popular (FREIRE, 2000) e com os fundamentos da gerontologia educacional (NOGUEIRA; NEVES, 2021), favorecendo processos intergeracionais e emancipatórios. Nesse contexto, os educadores do polo local assumiram um papel de protagonismo, como evidencia os depoimentos a seguir:

“A Universidade da Maturidade, quando chega em Brejinho, traz dois vieses de atuação: mudança de comportamento e de pensamento. Para nós, naquele primeiro momento, foi um contato direto com algo novo. A Universidade Federal se instalando em

Brejinho de Nazaré já é, para a gente, um ganho grandioso. Isso no sentido de aproximar a população de uma instituição de ensino com grande importância para a região Norte e para todo o Brasil. Por outro lado, vem a modalidade da Universidade da Maturidade, onde seus componentes — muitos deles — participaram ativamente.”

O reconhecimento da relevância da Universidade Federal do Tocantins ao se aproximar de comunidades interioranas reforça a importância da democratização do conhecimento, conforme apontam Arroyo (2012) e Jara Holliday (2006). A atuação da UMA, nesse cenário, fortaleceu o sentimento de pertencimento e abriu novas possibilidades educativas para o envelhecimento ativo. Ainda no relato do professor André, evidencia-se a dimensão acolhedora e humanizada do projeto.

“A Universidade da Maturidade permitiu que muitas pessoas idosas, que há muito tempo não frequentavam uma sala de aula, fossem acolhidas de forma pedagógica, com um olhar direcionado para este público. Ela nos deu uma nova visão de conhecimento. Para nós, que estávamos naquele momento como mediadores em sala de aula — tutores e professores — permitiu conhecer um novo campo do ensino e uma nova área do saber. Além disso, houve um estreitamento de diálogo com a Universidade da Maturidade — Campus Palmas — por meio da troca de informações com os professores. O município de Brejinho também foi incluído com as comunidades remanescentes de Quilombo, como a comunidade Córrego Fundo. A Universidade da Maturidade esteve bem presente, com visitas, ações e pesquisas.”

A inserção da UMA em comunidades tradicionais, como os quilombos locais, está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde da População Negra (BRASIL, 2009) e com os princípios da educação comunitária territorializada. A escuta ativa, o respeito aos saberes ancestrais e a articulação com as especificidades locais foram estratégias importantes para potencializar a atuação da universidade. Ainda segundo o professor André Luiz, os impactos das pesquisas e intervenções foram múltiplos.

“As pesquisas realizadas foram importantes para refletirmos sobre ações que poderiam ser implantadas e discutidas nas comunidades quilombolas. Entre essas ações, destacou-se a iniciativa de educação e formação por meio de aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), conduzidas por professores que, à época, eram pós-graduandos em Gerontologia. Essa troca de saberes e experiências mostrou-se extremamente valiosa para todos os envolvidos: para a comunidade remanescente quilombola, que acolheu com entusiasmo as atividades propostas; para os professores formandos em Gerontologia, que

se dedicaram com sensibilidade e comprometimento ao projeto, contribuindo para seu desenvolvimento; e para a população de Brejinho de Nazaré, que reconheceu a relevância da Universidade da Maturidade e aderiu à proposta, viabilizando ações integradas nas áreas social, educacional e de saúde”.

A troca de saberes e a valorização mútua entre educadores e comunidade refletem a pedagogia do diálogo proposta por Paulo Freire (2000), na qual o ensino se constrói de forma coletiva e relacional. O reconhecimento da UMA como promotora de saúde, cultura e educação está presente também no relato de lideranças comunitárias, como o do pastor José, presidente da associação do Quilombo Malhadinha, localizado em Brejinho.

“Foi ótimo. Excelente. Trouxe vida para o pessoal da cidade, que estava em casa, trancado, triste e moribundo. Essas pessoas sentiram vida novamente. Alegraram-se, viajaram, passearam, aprenderam coisas novas e interagiram. O que falta agora é voltar. O pessoal está doido para que volte novamente. Falta isso para a vida do idoso. Falei com ela hoje.”

O depoimento do pastor José evidencia o impacto subjetivo e emocional da presença da UMA, que não apenas proporcionou acesso ao conhecimento, mas resgatou o sentido de pertencimento e a autoestima dos idosos. A educação, nesse contexto, transcende a sala de aula e se converte em ferramenta de vida, cidadania e dignidade. Esse entendimento é reforçado pela fala do professor Capoeira, que também atuou na extensão da UMA junto à comunidade quilombola.

“A extensão da Universidade da Maturidade na comunidade quilombola de Malhadinha teve uma importância extraordinária. Foi como se estivéssemos retirando uma cortina que impedia aquela comunidade de mostrar suas culturas e experiências tradicionais. Nós, professores pós-graduados em Gerontologia, tivemos a honra de representar a Universidade, nas pessoas do Dr. Sinésio Neto e da Dra. Neila. Foi um sucesso. Era uma comunidade que tinha dificuldades para expressar sua identidade e valores. Nós, professores, tivemos um papel de importância extraordinária. Demonstramos habilidade em provocar aqueles alunos a aprender, ao mesmo tempo em que aprendíamos com eles. Foi um sucesso. Hoje, ao ouvirmos depoimentos de pessoas como o pastor Zé, tivemos a certeza da importância da Universidade para aquela comunidade.”

As narrativas dos professores e lideranças comunitárias reafirmam o valor da UMA como política pública não convencional, que atua por meio da educação como prática social transformadora. De acordo com Nunes Filho (2023), a UMA constitui uma tecnologia social

que articula ensino, pesquisa e extensão em prol do envelhecimento digno e da valorização da memória social dos territórios.

Ao dar voz aos educadores e participantes, a experiência da Universidade da Maturidade em Brejinho do Nazaré se consolida como um exemplo de prática emancipadora, promotora de cidadania e inclusão social. A escuta, a sensibilidade pedagógica e o compromisso com a dignidade da velhice foram elementos centrais que mobilizaram o protagonismo docente em uma perspectiva de transformação coletiva.

4.4. Avaliação crítica das entrevistas

4.4.1. Eixo 1 – Pertencimento e democratização do acesso à universidade

“A Universidade Federal se instalando em Brejinho de Nazaré já é, para a gente, um ganho grandioso.” (Professor André Luiz)

Essa fala evidencia o impacto simbólico da chegada da universidade ao interior do Tocantins, especialmente em territórios historicamente excluídos das políticas de ensino superior. Como aponta Sueli Carneiro (2003), a luta antirracista passa pelo direito de acesso à produção e circulação do saber. Já Freire (2000) destaca que “a educação é um ato político”, e a chegada da UMA pode ser lida como um ato de democratização e reconexão com o território.

“Brejinho também foi incluído com as comunidades remanescentes de Quilombo...” (Professor André Luiz)

A inserção territorializada reafirma o princípio da educação contextualizada, defendido por Nilma Lino Gomes (2017), no qual o pertencimento é uma categoria formadora da identidade negra.

Quadro 1 - Pertencimento e democratização

Evidência empírica	Interpretação	Referência
“A Universidade Federal se instalando...”	Acesso simbólico e concreto à universidade	Carneiro (2003), Freire (2000)
“Brejinho foi incluído...”	Inclusão territorial e política	Gomes (2017), hooks (1994)

A aproximação entre universidade e comunidade representa uma ruptura com a lógica colonial do conhecimento. A presença da UMA fortalece o sentimento de pertencimento e a ideia de que os saberes locais merecem o mesmo reconhecimento que os saberes acadêmicos.

4.4.2. Eixo 2 – Velhice ativa, resgate da autoestima e dignidade

“Trouxe vida para o pessoal da cidade... aprenderam coisas novas e interagiram.”
(Pastor José)

Esse relato revela os efeitos subjetivos da presença da UMA, indo além da dimensão educativa formal. Aqui, o envelhecimento aparece como experiência ativa, afetiva e política. Bell hooks (1994) defende que o processo educativo deve promover o “prazer de viver” e ampliar os horizontes de liberdade.

“Foi como se estivéssemos retirando uma cortina que impedia aquela comunidade de mostrar suas culturas...” (Professor Capoeira)

Essa metáfora aponta para a função libertadora da educação, que revela e legitima saberes silenciados, em consonância com a “epistemologia do Sul” (Santos, 2002).

Quadro 2 - Velhice ativa e dignidade

Evidência empírica	Interpretação	Referência
“Trouxe vida... interagiram”	Revalorização da velhice e da autoestima	hooks (1994), Freire (1987)
“Retirando uma cortina...”	Visibilização de culturas e identidade	Santos (2002), Carneiro (2011)

A educação de velhos quilombolas não é compensatória, mas transformadora. A UMA promove dignidade, fortalece a subjetividade e quebra o estigma de inutilidade na velhice. É uma política de afeto e cidadania.

4.4.3. Eixo 3 – Relação dialógica e intergeracional entre educadores e comunidade

“Conhecer um novo campo do ensino... uma nova área do saber.” (Professor André Luiz)

“Nós, professores, aprendíamos com eles.” (Professor Capoeira).

Esses trechos evidenciam a relação horizontal entre educadores e educandos, característica essencial da pedagogia freireana. A aprendizagem deixa de ser unidirecional e se converte em um espaço de coautoria e escuta mútua — um aspecto também valorizado na fenomenologia de Husserl, ao considerar a intencionalidade da consciência e o sujeito como constituinte do mundo vivido (*Lebenswelt*).

Quadro 3 - Relação dialógica

Evidência empírica	Interpretação	Referência
--------------------	---------------	------------

“Uma nova área do saber”	Formação continuada e construção coletiva	Freire (1987), Moran (2012)
“Aprendíamos com eles”	Horizontalidade da relação educativa	Husserl (2006), Dagnino (2004)

A presença da UMA produziu um movimento de aprendizado mútuo entre educadores e comunidade. A escuta das narrativas foi guiada por uma postura fenomenológica, permitindo a suspensão dos juízos prévios (epoché) e a valorização da experiência vivida como saber legítimo.

A escuta das falas revelou a potência de uma educação enraizada no território, centrada na dignidade da velhice e na valorização de saberes ancestrais. A UMA aparece como tecnologia social capaz de articular universidade e comunidade, promovendo saúde, cultura e pertencimento por meio da educação.

5. PROPOSTA DE AÇÃO: TRABALHO COM PESSOAS IDOSAS QUILOMBOLAS

5.1. Justificativa e Objetivos da Proposta

A presente proposta tem como finalidade promover o reconhecimento, a valorização e o fortalecimento dos direitos das pessoas idosas quilombolas, por meio de ações educativas intergeracionais e inclusivas. A atuação da Universidade da Maturidade (UMA), vinculada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), se apresenta como uma tecnologia social que visa, entre outros objetivos, formar sujeitos críticos e atuantes por meio da educação permanente, com base nos princípios da intergeracionalidade, da autonomia, da valorização da experiência de vida e da dignidade no envelhecer.

Essa proposta é fundamentada na necessidade de um olhar específico para a população idosa quilombola, que historicamente sofre com desigualdades sociais, invisibilidade política e negligência institucional. Segundo dados do IBGE (2022), as comunidades quilombolas enfrentam barreiras acentuadas no acesso a serviços de saúde, educação e proteção social. Quando essa condição se alia ao processo de envelhecimento, a vulnerabilidade tende a se intensificar, exigindo ações específicas que promovam a cidadania e o envelhecimento ativo.

Inspirada no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a proposta busca promover os direitos da pessoa idosa, assegurando-lhe oportunidades de participação na vida comunitária, acesso a espaços educativos, reconhecimento de sua história e contribuição social. O protagonismo da pessoa idosa é um dos eixos centrais da metodologia adotada pela UMA, e a formação como Educadores Sociais do Envelhecimento Humano permite que esses sujeitos se

tornem multiplicadores em seus territórios, fortalecendo as redes de apoio e a articulação local.

O principal objetivo é capacitar pessoas idosas quilombolas a compreenderem o processo de envelhecimento em suas dimensões biológica, psicológica, social e cultural, para que possam atuar na promoção de uma velhice ativa, participativa e digna. Como desdobramento, espera-se estimular a constituição de espaços de convivência, formação de lideranças locais e desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária.

A UMA, segundo Nunes Filho (2023), é uma tecnologia social que propõe um novo paradigma de envelhecimento, em que a pessoa idosa deixa de ocupar um lugar passivo para tornar-se protagonista de sua história e de transformações sociais mais amplas. Esse enfoque, aplicado às comunidades quilombolas, representa uma possibilidade concreta de combate ao racismo estrutural e de valorização da diversidade cultural brasileira.

Outro objetivo é sensibilizar os poderes públicos e instituições parceiras sobre a importância de garantir condições adequadas de acesso à educação, à saúde e à cultura para a população idosa quilombola. É imprescindível que a formação promovida pela UMA ultrapasse os limites do acadêmico e se constitua como instrumento de incidência política, contribuindo para a efetivação de direitos.

A articulação entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais constitui-se em um dos pilares da proposta. A experiência de vida dos idosos, aliada ao conhecimento sistematizado produzido na universidade, pode fomentar um processo educativo rico, dinâmico e profundamente contextualizado. Como destaca Freire (2000), não há educação verdadeira sem o diálogo entre educadores e educandos.

A proposta também visa reconhecer o papel das mulheres idosas quilombolas, muitas vezes lideranças em suas comunidades, como guardiãs da memória e da identidade cultural. Por isso, a abordagem de gênero estará presente em todos os momentos da formação, promovendo a equidade e a valorização do protagonismo feminino.

Ao reconhecer as potencialidades da velhice como fase produtiva e significativa da vida, rompe-se com estigmas associados à incapacidade e à dependência. Essa mudança de paradigma, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), é essencial para a construção de sociedades mais justas e solidárias, especialmente diante do acelerado envelhecimento populacional no Brasil.

A atuação em territórios quilombolas também se justifica pela importância de consolidar políticas públicas interseccionais, que considerem simultaneamente as dimensões

étnico-raciais, geracionais e de classe. A intersectorialidade é compreendida, aqui, como estratégia de integração entre educação, saúde, assistência e cultura, de modo a garantir a efetividade das ações.

A proposta reconhece ainda o contexto histórico de resistência dos povos quilombolas, que por gerações têm preservado suas tradições e modos de vida frente às adversidades estruturais. A articulação entre memória, identidade e educação é fundamental para consolidar uma proposta que seja culturalmente sensível e efetivamente transformadora.

Nesse sentido, a Universidade da Maturidade oferece uma oportunidade concreta de construção cidadã, ao integrar a formação crítica com o fortalecimento comunitário. O desenvolvimento de ações educativas em territórios quilombolas requer escuta atenta, respeito às singularidades e compromisso com a justiça social.

Conclui-se que esta proposta visa consolidar um modelo replicável de formação de pessoas idosas quilombolas como educadores sociais, com capacidade para promover o bem-estar coletivo, valorizar os saberes locais e ampliar o acesso aos direitos fundamentais.

5.2. Metodologia da Intervenção

A metodologia proposta para a intervenção com pessoas idosas quilombolas baseia-se nos princípios da educação popular, da intergeracionalidade e da pedagogia libertadora. Inspirada em Paulo Freire (2000), a abordagem dialógica se mostra essencial para estabelecer relações horizontais entre educadores e educandos, garantindo a construção coletiva do conhecimento e o respeito à realidade sociocultural dos participantes.

A estrutura pedagógica da Universidade da Maturidade (UMA) se alicerça em um processo de formação contínua e contextualizada, onde o sujeito que envelhece é protagonista do seu aprendizado e multiplicador em sua comunidade. Como destaca Nunes Filho (2023), a metodologia da UMA valoriza a experiência de vida como ponto de partida para a aquisição de novos saberes, gerando empoderamento e autonomia.

As aulas educativas serão organizadas em três eixos temáticos principais: "Direitos e Cidadania", "Saberes Tradicionais e Memória Social" e "Saúde Integral e Bem-estar". Cada eixo contempla atividades interativas, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares locais. Essa integração metodológica contribui para o fortalecimento da identidade cultural quilombola e para a ressignificação do processo de envelhecimento.

As atividades educativas serão organizadas em aulas participativas, com durabilidade média de 2h por encontro, utilizando múltiplas linguagens: oralidade, corporalidade,

expressão artística, tecnologia social e registro de memórias. As aulas serão conduzidas por facilitadores formados pela UMA, preferencialmente pessoas idosas com experiência local, reforçando o papel do educador social do envelhecimento humano.

A seleção dos participantes dar-se-á por meio de mobilização comunitária e articulação com lideranças quilombolas locais, respeitando os critérios de pertencimento da comunidade e disposição para participação ativa nas atividades. Serão privilegiadas as relações de vizinhança, parentesco e liderança espontânea, tão comuns nas comunidades quilombolas, conforme apontam Arroyo (2012) e Gomes (2005).

A formação será certificada pela Universidade Federal do Tocantins, por meio da UMA, com carga horária total de 320 horas, distribuídas ao longo de 18 meses. As aulas serão quinzenais e adaptadas ao calendário agrícola e cultural da comunidade, garantindo a adesão e permanência dos participantes.

Será incorporada a prática da pesquisa participativa como eixo transversal do processo formativo. Por meio da sistematização das experiências, os educandos serão incentivados a produzir diagnósticos comunitários, registros de memória e propostas de ação. A sistematização é compreendida aqui como ferramenta pedagógica (Jara Holliday, 2006).

As atividades contarão com momentos de vivências intergeracionais, envolvendo crianças, jovens e adultos em aulas conjuntas. O intuito é fortalecer laços de solidariedade e valorizar o papel do idoso como referência e fonte de sabedoria na comunidade, em consonância com o conceito de envelhecimento ativo (OMS, 2002).

Durante a formação, os participantes desenvolverão planos de ação com foco em intervenções comunitárias, que poderão envolver hortas coletivas, aulas de saberes tradicionais, rodas de conversa com adolescentes, entre outras práticas. Esses planos serão construídos com base em diagnóstico local e revisados coletivamente ao final do processo.

Como parte da metodologia, serão realizados intercâmbios com outras comunidades e participação em eventos regionais, como forma de ampliar o repertório e fortalecer o sentimento de pertencimento à UMA e ao projeto. Esses momentos serão também ocasiões de partilha e visibilidade das produções dos educandos.

A equipe pedagógica será composta por educadores populares, professores da UFT, e facilitadores comunitários, promovendo uma composição plural e representativa. A supervisão será realizada de forma coletiva e com encontros regulares de avaliação e planejamento.

A inclusão digital será estimulada como ferramenta de comunicação e expressão, com a realização de aulas introdutórias sobre uso do celular, gravação de vídeos e áudio, e acesso a conteúdos educativos. A tecnologia aqui é tratada como meio de fortalecimento da autonomia, e não como fim em si.

As práticas corporais, como danças, jogos populares, alongamento e meditação, estarão presentes em todos os encontros. Tais atividades são entendidas como parte do cuidado integral e da dimensão lúdica do envelhecimento, contribuindo para o bem-estar e a socialização.

A avaliação do processo será participativa, com instrumentos de autoavaliação, diários reflexivos e rodas de escuta. O princípio da avaliação para a promoção, presente na pedagogia da UMA, será valorizado como processo dialógico e mediador (NEVES; NOGUEIRA, 2021).

Por fim, a intervenção será orientada pela ética do cuidado, pela escuta ativa e pela valorização das trajetórias individuais. A metodologia proposta visa assegurar que a pessoa idosa quilombola não apenas participe, mas se reconheça como protagonista do processo educativo.

5.3. Atividades e Estratégias Participativas

A implementação das atividades previstas para o trabalho com pessoas idosas quilombolas baseia-se em uma abordagem participativa, centrada na valorização das experiências e no fortalecimento do protagonismo dos educandos. Inspirada nos princípios da educação popular e da pedagogia crítica de Paulo Freire (2000), as estratégias adotadas visam estimular o engajamento ativo dos participantes, criando ambientes de aprendizagem significativos e culturalmente sensíveis.

As atividades serão desenvolvidas em formato de aulas temáticas, rodas de conversa, vivências intergeracionais, encontros comunitários e visitas técnicas. Cada uma dessas ações será planejada de forma a garantir a escuta ativa, o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos, e a articulação entre teoria e prática. O foco será na construção coletiva de conhecimento e no fortalecimento da identidade cultural quilombola.

No eixo "Direitos e Cidadania", serão realizadas aulas sobre o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e a Convenção Interamericana sobre os Direitos Humanos das Pessoas Idosas. Essas atividades têm como objetivo ampliar a compreensão dos participantes sobre seus direitos e fomentar a autonomia na busca pela efetivação desses direitos em sua realidade local.

O eixo "Saberes Tradicionais e Memória Social" contemplará aulas de registro de memória oral, produção de narrativas autobiográficas e mapeamento afetivo da comunidade. A metodologia de história oral será utilizada como instrumento de valorização das trajetórias de vida e da cultura quilombola, conforme defendido por Portelli (1997) e Jara Holliday (2006).

Ações culturais como rodas de capoeira, cantigas de roda, culinária ancestral, benzimentos e feiras de saberes também farão parte da programação. Essas atividades têm como finalidade promover o reconhecimento dos saberes locais como patrimônios vivos e fomentar o sentimento de pertencimento e identidade coletiva.

O eixo "Saúde Integral e Bem-estar" envolverá práticas integrativas e complementares como aulas de fitoterapia, autocuidado, alimentação saudável, atividades físicas adaptadas, dança e alongamento. Serão desenvolvidas em parceria com profissionais de saúde da atenção básica, respeitando os saberes tradicionais de cuidado e promovendo o envelhecimento ativo, conforme preconizado pela OMS (2002).

As estratégias participativas incluirão a formação de comissões temáticas compostas por educandos, lideranças locais e educadores, com a finalidade de planejar, acompanhar e avaliar as atividades. Essa estrutura colaborativa permite o fortalecimento da gestão compartilhada e do compromisso coletivo com o processo educativo.

Serão utilizados recursos metodológicos diversos como cartazes, dinâmicas de grupo, vídeos educativos, músicas, dramatizações, jogos e instrumentos de avaliação participativa. O uso de recursos lúdicos contribui para o envolvimento dos participantes e favorece o aprendizado de forma prazerosa e afetiva.

Para ampliar o alcance das ações, serão promovidas atividades em espaços comunitários como escolas, igrejas, associações quilombolas e praças públicas. A territorialização das atividades busca estreitar os laços entre o projeto e a comunidade, promovendo a integração entre gerações e fortalecendo os vínculos sociais.

As vivências intergeracionais ocuparão lugar de destaque, com o desenvolvimento de projetos conjuntos entre idosos, jovens e crianças. A troca de saberes entre gerações será estimulada por meio de aulas de artesanato, contação de histórias, cultivo de hortas e produção audiovisual.

A inclusão digital será promovida por meio de aulas de tecnologia e comunicação, onde os participantes poderão aprender a utilizar celulares, redes sociais e ferramentas digitais

para registrar e divulgar suas experiências. Essa ação busca combater o etarismo digital e ampliar a autonomia dos educandos.

Serão estimuladas atividades de auto-organização como grupos de convivência, clubes de leitura, redes de apoio entre idosos e comissões de defesa de direitos. Tais iniciativas contribuem para a sustentabilidade do projeto e para a continuidade das ações após o encerramento da formação.

As atividades serão monitoradas por meio de instrumentos de registro participativo como relatórios, mapas de processo, portfólios e relatórios colaborativos. A sistematização contínua das experiências possibilita a análise crítica e a disseminação de boas práticas (Holliday, 2006).

A cada semestre, será realizado um Encontro Comunitário de Avaliação, com a participação de todos os envolvidos, para partilhar resultados, levantar dificuldades e propor encaminhamentos. Esses encontros fortalecem o sentimento de pertencimento ao projeto e favorecem a construção coletiva de soluções.

Ao final da formação, será organizado um evento de culminância com exposições, apresentações culturais, partilhas de experiências e entrega dos certificados. Esse momento simbólico celebra as conquistas do grupo e reforça a visibilidade da pessoa idosa como agente de transformação social.

Todas as atividades previstas serão norteadas pelos princípios pedagógicos da UMA: valorização da experiência, atividade, autonomia e avaliação para a promoção (NEVES; NOGUEIRA, 2021). A prática educativa será compreendida como processo humanizador, emancipador e transformador.

5.4. Metodologias Ativas e Saberes Locais

A valorização dos saberes locais em diálogo com metodologias ativas representa uma das bases estruturantes do processo formativo proposto pela Universidade da Maturidade (UMA), especialmente no contexto das comunidades quilombolas. A abordagem metodológica assume, assim, um caráter plural, intercultural e emancipador, considerando os diferentes modos de produzir, sistematizar e aplicar o conhecimento.

As metodologias ativas partem do princípio de que o educando deve ser sujeito de sua própria aprendizagem, atuando de forma crítica, criativa e autônoma. Essa perspectiva aproxima-se dos fundamentos da educação popular, conforme delineado por Paulo Freire (2000), ao propor uma pedagogia do diálogo, da escuta e da construção coletiva do saber.

No contexto das comunidades quilombolas, os saberes locais assumem um papel central, pois constituem expressões da resistência histórica e da identidade cultural desses povos. Como destaca Gomes (2005), a oralidade, a espiritualidade, o território e a ancestralidade são elementos fundamentais da cosmovisão afro-brasileira, e precisam ser reconhecidos como fontes legítimas de conhecimento.

A combinação entre metodologias ativas e saberes tradicionais permite construir uma prática pedagógica enraizada na realidade dos sujeitos, sensível às suas vivências e promotora de transformação social. As atividades educativas serão, portanto, planejadas de forma colaborativa, com base em rodas de escuta, levantamento de temas geradores e partilha de experiências.

Serão utilizados recursos como mapas afetivos, linhas do tempo comunitárias, narrativas de vida, oficinas práticas e projetos integradores. Tais estratégias estimulam a autonomia, o pensamento crítico e a articulação entre o conhecimento acadêmico e o popular, promovendo uma aprendizagem significativa (Morin, 2001).

As práticas educativas desenvolvidas pela UMA incluem também a dimensão estética, afetiva e simbólica da aprendizagem. Por isso, manifestações culturais como cantos, danças, rituais e celebrações serão integradas ao processo pedagógico, contribuindo para a valorização do patrimônio imaterial e para a preservação das tradições quilombolas.

A utilização de projetos integradores permitirá que os educandos proponham, desenvolvam e avaliem ações que tenham impacto direto em suas comunidades. Esses projetos poderão abordar temas como segurança alimentar, sustentabilidade, saúde, direitos humanos, cultura e educação intergeracional.

O educador social do envelhecimento humano, formado pela UMA, tem o papel de mediar esses processos, promovendo a escuta ativa, o respeito à diversidade e a problematização da realidade vivida. Como afirma Neves e Nogueira (2021), trata-se de um educador que atua como ponte entre o saber adquirido ao longo da vida e os novos conhecimentos que emergem da prática educativa.

A interdisciplinaridade é outro princípio metodológico importante. As atividades propostas buscarão integrar diferentes campos do saber — saúde, história, cultura, meio ambiente, direitos sociais — numa perspectiva holística e integradora, conforme propõe a educação emancipadora e a abordagem complexa de Edgar Morin (2001).

A oralidade será valorizada como forma de expressão e como instrumento pedagógico, respeitando as formas tradicionais de transmissão de conhecimento nas comunidades

quilombolas. Contação de histórias, depoimentos, relatos de memória e rodas de conversa serão práticas recorrentes ao longo do percurso formativo.

A avaliação será contínua, processual e dialógica, utilizando instrumentos como diários de bordo, portfólios, rodas de avaliação e devolutivas coletivas. Essa forma de avaliação está alinhada ao princípio da avaliação para a promoção, conforme preconizado no Projeto Político Pedagógico da UMA.

As atividades também considerarão os ciclos da natureza e o calendário cultural das comunidades, respeitando suas festas, cultos, práticas agrícolas e períodos de descanso. Essa sensibilidade ao tempo comunitário é essencial para o êxito das intervenções educativas.

A inclusão das juventudes quilombolas como participantes de atividades intergeracionais será estimulada, visando o fortalecimento do diálogo entre gerações e o reconhecimento mútuo de saberes. Oficinas de audiovisual, tecnologia, mídias e redes sociais poderão ser realizadas nesse contexto.

Serão promovidos encontros de troca de experiências entre diferentes comunidades quilombolas que participam da formação, fomentando redes de apoio e articulação regional. Esses encontros fortalecem o sentimento de pertencimento à UMA e ampliam a circulação de conhecimentos e práticas educativas.

Por fim, a articulação entre metodologias ativas e saberes locais é vista como um caminho potente para a promoção da cidadania, do envelhecimento ativo e da justiça social. Ao respeitar e valorizar os sujeitos em sua integralidade, essa abordagem contribui para a construção de um projeto educativo mais inclusivo, solidário e transformador.

5.5. Possibilidades de Reaplicação em Outros Quilombos

A experiência da Universidade da Maturidade (UMA) junto às comunidades quilombolas revela um potencial significativo de reaplicação em outros territórios, desde que respeitadas as especificidades culturais, sociais e históricas de cada comunidade. A metodologia participativa, dialógica e territorializada adotada pela UMA permite uma adaptação flexível, mantendo o foco no protagonismo das pessoas idosas e na valorização dos saberes locais.

Para que a reaplicação seja bem-sucedida, é imprescindível a realização de um diagnóstico participativo inicial, no qual sejam identificadas as demandas, potencialidades e condições da comunidade. Esse processo deve contar com a escuta de lideranças locais,

representantes de associações quilombolas, profissionais da saúde e educação, bem como com a participação ativa dos idosos.

A formação de **Educadores Políticos Sociais do Envelhecimento Humano**, conforme proposta pela UMA, pode ser replicada em diferentes contextos com adaptações metodológicas. A estrutura modular, a abordagem intergeracional e a integração entre teoria e prática permitem que a formação seja contextualizada a diferentes realidades comunitárias.

É fundamental que a implantação da proposta conte com o apoio de uma instituição de ensino superior, como no caso da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que garante suporte pedagógico, certificação e articulação com políticas públicas. A presença da universidade fortalece a legitimidade do projeto e amplia sua capacidade de incidir sobre as agendas locais.

A articulação em rede entre diferentes comunidades quilombolas pode potencializar a difusão da proposta, por meio de encontros regionais, intercâmbios e partilhas de experiências. Essa interação favorece a circulação de práticas bem-sucedidas e o fortalecimento da identidade coletiva afro-brasileira.

Outro aspecto essencial é o envolvimento de diferentes setores públicos e privados. A colaboração com secretarias municipais, instituições culturais, organizações da sociedade civil e conselhos de direitos é fundamental para garantir a sustentabilidade das ações, conforme recomendam as Diretrizes para o Envelhecimento Ativo da OMS (2002).

A capacitação de facilitadores locais é estratégica para a continuidade do projeto. A identificação e formação de lideranças comunitárias que possam assumir a coordenação das atividades é condição necessária para a autonomia e autogestão dos grupos formados.

A produção de materiais didáticos adaptados à realidade local é outro fator importante. Apostilas, cadernos de memória, materiais audiovisuais e cartilhas elaboradas de forma colaborativa garantem maior adesão e identidade com os conteúdos trabalhados.

A inclusão de jovens nas atividades intergeracionais amplia o alcance da proposta e possibilita a transmissão dos saberes tradicionais. A educação intergeracional, nesse contexto, atua como ponte entre passado e futuro, conforme destaca Neves e Nogueira (2021).

As condições de infraestrutura das comunidades devem ser consideradas para o planejamento das atividades. Espaços como escolas, centros comunitários, igrejas e sedes de associações podem ser utilizados, desde que garantam acessibilidade, conforto e segurança aos participantes.

As estratégias de comunicação também precisam ser adaptadas. Em muitas comunidades quilombolas, o acesso à internet é limitado. Assim, o uso de comunicação oral, cartazes, carro de som e articulação boca a boca devem ser priorizados.

A documentação e sistematização das experiências é fundamental para subsidiar a expansão da proposta. Relatórios, registros fotográficos, vídeos e publicações acadêmicas contribuem para a memória institucional e para a difusão do conhecimento acumulado (Jara Holliday, 2006).

A partir das lições aprendidas com a implantação nos quilombos de Brejinho do Nazaré, novas metodologias poderão ser refinadas e replicadas em outras localidades. A experiência mostra que a formação de idosos como educadores sociais é uma ferramenta poderosa de emancipação comunitária.

O monitoramento e avaliação dos resultados é etapa obrigatória. Indicadores como participação, permanência, qualidade das ações e percepção de impacto devem ser acompanhados de forma sistemática e participativa, gerando insumos para aprimoramento contínuo.

Por fim, a reaplicação da proposta da UMA em outros quilombos é uma contribuição concreta para a construção de uma educação antirracista, inclusiva e promotora de direitos. Ao reconhecer o envelhecimento como processo ativo e os idosos como sujeitos de história, fortalece-se o papel da educação na transformação social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo deve apresentar uma síntese sobre o trabalho desenvolvido, realizando uma análise a respeito do cumprimento dos objetivos estabelecidos e da verificação da hipótese de pesquisa inicial. Cada objetivo deve ser analisado, identificando-se o grau de atendimento (parcial ou integral), os problemas encontrados e as soluções adotadas, e justificando o porquê do não cumprimento integral (quando for o caso). Não devem ser apresentadas justificativas baseadas em dificuldades de natureza pessoal (ex. falta de tempo).

6.1. Contribuições da Tese de Doutorado

Esta tese oferece contribuições teóricas, metodológicas e sociais ao campo da educação intergeracional, com foco na atuação da Universidade da Maturidade (UMA) como tecnologia social aplicada a comunidades quilombolas. Ao analisar o caso da comunidade Malhadinha, no município de Brejinho de Nazaré/TO, o trabalho amplia a compreensão sobre

como o envelhecimento pode ser resignificado por meio de práticas educativas baseadas no pertencimento, na memória coletiva e na valorização cultural.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa propõe um diálogo entre os fundamentos da educação popular, os princípios da pedagogia do envelhecimento e as diretrizes da educação escolar quilombola. Ao articular esses referenciais, contribui para o fortalecimento de uma abordagem interdisciplinar e crítica sobre o papel da pessoa idosa como sujeito ativo, educador social e agente de transformação dentro de seu território.

Em termos metodológicos, a tese demonstra que é possível realizar pesquisas éticas e consistentes com base em observações, registros públicos e sistematizações já existentes, sem abrir mão do compromisso com os sujeitos envolvidos. A valorização da narrativa coletiva e da memória como fontes legítimas de conhecimento é uma inovação importante, especialmente no contexto das ciências humanas e sociais aplicadas à educação em comunidades tradicionais.

Do ponto de vista prático, os resultados revelam que a atuação da UMA promove efeitos concretos na autoestima, na autonomia e na participação política das pessoas idosas quilombolas. A formação de educadores sociais do envelhecimento humano em territórios como Malhadinha impulsiona ações de fortalecimento comunitário, articulação com escolas, defesa de direitos e preservação cultural, tornando-se um modelo com potencial de replicação em outros quilombos.

Além disso, a tese oferece subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas à população idosa negra e quilombola, apontando caminhos para o desenvolvimento de práticas intergeracionais que respeitem a diversidade, os saberes locais e a centralidade da comunidade como espaço de produção de conhecimento. A experiência da UMA, nesse sentido, emerge como um instrumento estratégico para a efetivação do direito à educação ao longo da vida.

Por fim, o estudo reafirma o compromisso da universidade pública com a extensão crítica e transformadora, destacando a importância de projetos como a UMA na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a dignidade de todos os seus cidadãos — especialmente aqueles que envelhecem à margem das políticas tradicionais.

6.2. Trabalhos futuros

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, puderam ser identificadas algumas possibilidades de continuidade e aprofundamento a partir de futuras pesquisas, as quais representam oportunidades relevantes tanto para a autora quanto para outros pesquisadores interessados na temática da educação intergeracional, envelhecimento e comunidades

quilombolas. Os dados e reflexões gerados nesta tese apontam para lacunas teóricas e práticas que ainda carecem de maior investigação, especialmente no contexto das tecnologias sociais aplicadas ao envelhecimento em territórios tradicionais. Nesse sentido, destacam-se as seguintes propostas:

- **Estudos longitudinais sobre o impacto da Universidade da Maturidade em territórios quilombolas:** Embora esta tese tenha demonstrado os efeitos positivos da atuação da UMA no Quilombo Malhadinha, estudos de acompanhamento de longo prazo poderiam oferecer dados mais robustos sobre mudanças no nível de participação comunitária, na autoestima da população idosa e na relação intergeracional. Um projeto de pesquisa com aplicação de instrumentos qualitativos e quantitativos ao longo de cinco ou mais anos poderia revelar transformações duradouras promovidas pela educação intergeracional.
- **Análise comparativa entre diferentes polos da UMA em comunidades tradicionais:** Seria possível desenvolver uma pesquisa comparativa entre polos da UMA instalados em contextos diversos, como aldeias indígenas, comunidades rurais e quilombolas. Esse estudo permitiria identificar especificidades, desafios e estratégias pedagógicas adaptadas a cada realidade, oferecendo um panorama mais amplo da efetividade da metodologia em diferentes territórios.
- **Investigação sobre o papel das mulheres idosas quilombolas como educadoras sociais:** Dada a relevância do protagonismo feminino nas comunidades quilombolas, uma nova pesquisa poderia focar exclusivamente nas trajetórias de mulheres idosas que atuam como lideranças e educadoras sociais. A construção de narrativas de vida e a análise interseccional entre gênero, raça, território e velhice trariam uma contribuição inédita à literatura acadêmica.
- **Criação e validação de instrumentos avaliativos sobre pertencimento e cidadania em contextos de envelhecimento:** Outra possibilidade seria o desenvolvimento de instrumentos específicos para avaliar o sentimento de pertencimento, identidade comunitária e exercício da cidadania entre pessoas idosas inseridas em projetos como a UMA. A validação desses instrumentos, por meio de estudos piloto, contribuiria para mensurar com maior precisão os efeitos das intervenções educacionais.
- **Desenvolvimento de materiais pedagógicos contextualizados para formação intergeracional:** Uma linha de pesquisa aplicada pode envolver a produção de cartilhas, vídeos, jogos e metodologias voltadas à formação de educadores sociais em

comunidades quilombolas. Esses materiais poderiam ser co-construídos com os próprios participantes e adaptados a outros territórios, servindo como base para programas de capacitação futuros.

- **Estudos sobre a incorporação da UMA em políticas públicas municipais ou estaduais:** Considerando o impacto positivo observado na pesquisa, seria relevante investigar como a UMA pode ser institucionalizada como política pública, em parceria com prefeituras, secretarias de educação ou conselhos de direitos da pessoa idosa. Essa pesquisa poderia analisar o processo de articulação política, os entraves burocráticos e as estratégias de sustentabilidade institucional.

Essas perspectivas demonstram que a presente tese não apenas contribui com a discussão teórica e prática sobre envelhecimento, educação e quilombolas, mas também abre caminhos fecundos para novas investigações comprometidas com a justiça social, a equidade racial e o direito à educação ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Cristina. Griôs: oralidade e tradição na cultura afro-brasileira. Salvador: EDUFBA, 2018.

ALVES, Ana Cristina. Universidade da Maturidade: uma proposta de educação para adultos e velhos. Fundação Banco do Brasil, 2023. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br>. Acesso em: 6 maio 2025.

ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Permanente da Pessoa Idosa. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS, 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia. Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARVALHO, Érica Nogueira de. Educação Quilombola e Experiências Intergeracionais: saberes, territórios e pertencimento. Belém: NAEA/UFPA, 2021.

CUNHA, T. N. R. Epistemologia da educação e os saberes tradicionais na Amazônia e seu diálogo no espaço escolar. Universidade do Estado do Pará, 2022.

DAGNINO, Renato. Tecnologias sociais: contribuições da engenharia para o desenvolvimento social. São Paulo: Cortez, 2014.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. Velhice e sociedade: saúde e cidadania em questão. São Paulo: Edusp, 2020.

ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia. Vulnerabilidade nas comunidades tradicionais da Amazônia diante da COVID-19. Belém: ECAM, 2021. Disponível em: <https://ecam.org.br>. Acesso em: 6 maio 2025.

FBB – Fundação Banco do Brasil. Universidade da Maturidade: uma proposta de educação para adultos e velhos. Brasília: FBB, 2023. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br>. Acesso em: 6 maio 2025.

- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1981.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. Políticas da diferença na educação brasileira. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população idosa no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.
- IBGE. Censo Demográfico 2022: população idosa quilombola no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IEPS – Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. Mapeamento de lacunas na atenção à saúde na Amazônia Legal. São Paulo: IEPS, 2021.
- INFOAMAZONIA. Municípios amazônicos vulneráveis a eventos climáticos extremos. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org>. Acesso em: 6 maio 2025.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas públicas para povos e comunidades tradicionais no Brasil. Brasília: IPEA, 2022.
- IPEA. Mapa das Desigualdades Sociais no Envelhecimento no Brasil. Brasília: IPEA, 2021.
- JARA HOLLIDAY, Oscar. Para sistematizar experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- KANSO, S.; WAJNMAN, S. Transição demográfica e envelhecimento no Brasil. In: ENVELHECER NO BRASIL. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.
- LACERDA, M. R. et al. Impactos da pandemia de COVID-19 sobre idosos no Brasil. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 24, n. 2, 2021.
- MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Centauro, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. Brasília: MDH, 2023.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2001.

MS – Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: MS, 2022.

NEVES, Elizângela A.; NOGUEIRA, Sandra M. UMA: educação, envelhecimento e cidadania. Revista Kairós Gerontologia, v. 24, n. 3, 2021.

NEVES, Elizângela A.; NOGUEIRA, Sandra M. Educação e envelhecimento: a Universidade da Maturidade como espaço de resistência e empoderamento. Revista Kairós, v. 24, n. 3, 2021.

NUNES FILHO, Fernando A. A Universidade da Maturidade como tecnologia social. Palmas: UFT, 2023.

NUNES FILHO, Fernando Afonso. A Universidade da Maturidade como tecnologia social. Palmas: UFT, 2023.

NUNES, G. H. L. Alfabetização de adultos e idosos a partir de um lugarejo quilombola. Revista Eletrônica de Educação, v.13, n.3, p.1170–1190, 2019.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030. Genebra: OMS, 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Relatório mundial sobre envelhecimento e saúde. Genebra: OMS, 2015.

OMS. Active Ageing: A Policy Framework. World Health Organization, 2002.

ONU. Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento – Madri 2002. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2002.

OSÓRIO, Neila; SILVA NETO, Luiz. UMA/UFT: uma tecnologia social voltada à educação intergeracional. Palmas: UFT, 2021.

PEREIRA, L. B.; SIMAS, H. C. P. A Educação Escolar Quilombola na Amazônia. Revista e-Curriculum, v. 22, p. 1–19, 2024.

PORTELLI, Alessandro. A arte de escutar. São Paulo: Letra e Voz, 1997.

PPP/UMA/UFT/TO. Projeto Político-Pedagógico da Universidade da Maturidade. Palmas: UFT, 2018.

REDEGERONTO. Envelhecimento na Amazônia Brasileira: o desafio invisível. Brasília: Rede Geronto, 2024.

SANTOS, Benedita A.; COSTA, Ana L. de M. A velhice nos quilombos: saberes, cuidados e resistência. Revista Sesó Perspectiva, Montes Claros, v. 8, n. 2, p. 112–129, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SEAS – Secretaria de Estado da Assistência Social. Diagnóstico Socioterritorial do Estado do Amazonas. Manaus: Governo do Amazonas, 2021. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2025.

SILVA, Marta L.; OLIVEIRA, Vitor R. Velhice e tradição em comunidades quilombolas no Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 456–470, 2020.

SURGIU. Reimplantação da Universidade da Maturidade em Brejinho de Nazaré avança com visita à UFT. 06 maio 2025. Disponível em: <https://surgiu.com.br/2025/05/06/reimplantacao-da-universidade-da-maturidade-em-brejinho-de-nazare-avanca-com-visita-a-uft>. Acesso em: 6 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. Universidade da Maturidade (UMA). Palmas: UFT, 2024. Disponível em: <https://sites.uft.edu.br/uma/>. Acesso em: 6 maio 2025.

VERAS, Renato Peixoto. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 14, n. 1, 2011.

WHO – World Health Organization. Ageing and Health. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>. Acesso em: abr. 2025.

WHO – World Health Organization. Global Age-friendly Cities: A Guide. Geneva: WHO, 2007.

WHO – World Health Organization. World Report on Ageing and Health. Geneva: WHO, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação escolar quilombola: diretrizes, experiências e práticas. Brasília: MEC/SECADI, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Cartilha Aquilomba Brasil. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/Aquilomba-Brasil/cartilha-aquilomba-brasil-site.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo: Selo Negro, 2011.

ESTEVES, Francisco Patrício. Quilombos da Malhadinha: a construção de uma realidade social. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 15 abr. 2025.